

1985

A Economia

PACTO SOCIAL E INFLAÇÃO

A inflação brasileira, que se manteve em um patamar estável, ligeiramente superior a 200%, durante o ano de 1984, ameaça acelerar-se em 1985, em função da elevação dos salários reais implícita na adoção de reajustes trimestrais para certas categorias de trabalhadores, (2) da elevação dos juros reais em função do aumento do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo, e (3) da especulação daqueles que se aproveitam destas condições "favoráveis" para aumentar seus preços acima da taxa de inflação corrente.

Em consequência destes fatos o mercado financeiro, ao realizar suas operações diárias no *open-market*, está contando com uma inflação de 14% em janeiro.

Não é certo que uma aceleração inflacionária dessa natureza neste mês se repita nos próximos meses. Felizmente o mercado financeiro erra muitas vezes em suas previsões. Mas os fatores aceleradores acima mencionados são reais e precisam ser contrabalançados.

Antes de se decidir sobre as medidas necessárias ao combate à inflação, é preciso saber se há ou não pleno emprego e plena capacidade. Se houver teremos inflação de demanda - geralmente associada a déficit público e expansão de moeda - e não haverá alternativa senão tomar medidas recessivas de contração monetária e fiscal, que resultem em redução de salários reais e de lucros. Mas se não houver nem pleno emprego nem plena capacidade - como é o caso da economia brasileira - esse tipo de política ortodoxa é extremamente ineficiente senão contraproducente.

A alternativa à política ortodoxa é (1) promover o crescimento moderado da renda, que permita o aumento das vendas e a redução das margens de lucro, e (2) estabelecer um pacto social entre trabalhadores e empresários, que compatibilize a fórmula dos reajustes salariais com a redução da taxa de inflação.

É preciso ficar claro que, não havendo excesso de gastos em relação à produção, não é necessário exigir novos sacrifícios, maior redução do salário médio real - que deve ter caído mais de 25% desde 1980 - por parte dos trabalhadores. Nosso quase-presidente deixou este fato muito claro quando afirmou que "os trabalhadores nada mais podem dar, pois têm sido a grande vítima destes anos de recessão".

Nada mais podem dar em termos de redução de salários reais, mas podem dar muito, participar efetivamente do pacto social, aceitando uma nova fórmula de indexação salarial que - ao mesmo tempo que garanta a manutenção do salário médio real e seu aumento de acordo com o aumento da produtividade média da economia - não se constitua em fator impeditivo da taxa de inflação, como é a atual fórmula de INPC pleno até três salários mínimos. Enquanto não se adotar uma fórmula que leve em conta uma inflação futura prevista declinante, será impossível reduzir a inflação.

Os trabalhadores nada perderão com uma fórmula desse tipo, desde que seja procedida a correção automática dos salários se a previsão for superior à efetivamente ocorrida.

Perderão, entretanto, muito se não for adotada uma fórmula dessa natureza. Em primeiro lugar porque a inflação poderá acelerar-se, resultando, nos termos da atual fórmula de indexação salarial, em redução do salário real. E em segundo lugar, mesmo não se acelerando a inflação, poderão perder muito porque, dada a pressão de toda a sociedade brasileira e dos credores internacionais para combater a inflação, o governo se verá na contingência de pôr em prática medidas menos racionais e mais prejudiciais aos trabalhadores, com a adoção de novas medidas recessivas, ou, menos provavelmente, como a desindexação total da economia inclusive dos salários.

Por tudo isto o pacto social proposto por Tancredo Neves será, ao invés de uma concessão, como pretendem certos setores, uma vitória e uma segurança dos trabalhadores. (*Folha de S.Paulo*, 8 de janeiro de 1985).

PREOCUPAÇÕES COM O CONTROLE DA MOEDA

O ano de 1985 começa, no plano econômico, com uma preocupação básica: a inflação. Aos fatores aceleradores do lado da oferta ocorridos no último trimestre - a elevação da taxa de juros com o aumento do compulsório sobre os depósitos a prazo e a obtenção de aumentos trimestrais por diversas categorias de trabalhadores - somou-se no final do ano uma certa pressão de demanda propiciada pelo aumento da oferta de moeda, especialmente em dezembro.

Nesse mês a base monetária registrou um extraordinário aumento de 37,8%, fazendo com que o aumento nos últimos doze meses da base monetária superasse a taxa de inflação de 1984. Tornando-se como base dezembro de cada ano, este fato é inédito nos últimos anos. A inflação estava sempre muitos pontos percentuais acima da oferta de moeda. O ano de 1983, por exemplo, terminou-se com 211% de inflação contra 98,2% de aumento da base monetária. Esta diferença, em uma situação de desemprego e capacidade ociosa, justifica a tese de que a oferta de moeda vinha funcionando como um fator sancionador da inflação já ocorrida e não como um fator acelerador dessa inflação. De repente, entretanto, a base monetária apresenta um crescimento superior ao da inflação e a preocupação com o efetivo inflacionário do aumento da oferta de moeda ressurgiu. Há indicações, inclusive, de que as negociações que o presidente do Banco Central vem desenvolvendo com a competência em Nova Iorque, com o objetivo de reescalonar a dívida brasileira e reduzir os *spreads* para próximo de 1%, foram interrompidas até o próximo dia 28 não apenas porque Pastore deseja condições melhores do que as que já obteve mas também porque os banqueiros ficaram chocados com o aumento da base monetária.

Ora, não há razão para esta atitude de excessiva preocupação. Em primeiro lugar porque o crescimento da base não é tão surpreendente assim. Ela já vinha se acelerando desde março de 1984. Em segundo lugar, e principalmente, porque esse crescimento não é sinal de excesso de gastos do governo e portanto de descontrole das finanças públicas, mas pode ser explicado fundamentalmente pelo extraordinário aumento de reservas internacionais, resultante do superávit comercial de 13 bilhões de dólares. O Brasil deve ter terminado o ano com reservas na forma de caixa de 7 bilhões de dólares, quando estas reservas eram negativas em 31 de dezembro de 1983. A pressão desse aumento de reservas sobre a base monetária é naturalmente enorme, mas nada tem a ver com descontrole de gastos. Pelo contrário, tamanho superávit comercial só foi possível porque a demanda interna foi fortemente contida também em 1984.

Além da pressão provocada pelo aumento das reservas internacionais, a grande elevação da base monetária deve ter como causa adicional a liberação pelo governo de pagamentos que estavam contidos. Já que essa liberação era inevitável, era melhor fazê-la ainda em 1984, de forma a poder-se começar 1985 sem atrasados.

Durante o ano de 1985 não há perspectiva de novo aumento dramático das reservas brasileiras. Como o orçamento fiscal está sob controle, não há razão para se supor que a base monetária continue a acelerar seu crescimento. Pelo contrário, a oferta de moeda deverá voltar a reduzir-se, tornar-se inferior à taxa de inflação. Além de uma previsão, admito que esta é também a manifestação de um desejo. Porque em qualquer economia, apesar de todas as dificuldades, é fundamental manter o controle sobre a oferta de moeda. Esse

controle não foi perdido em 1984, apesar da aparência em contrário. Não há razão para se temer que venha a ser perdido em 1985. (*Folha de S. Paulo*, 22 de janeiro de 1985).

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

O vazamento para a imprensa da notícia de que a comissão designada por Tancredo Neves para estudar seu plano econômico estava propondo a capitalização parcial dos juros como forma de resolver o problema de dívida externa brasileira prejudicará desnecessariamente as negociações que o presidente do Banco Central vem realizando em Nova Iorque com o comitê de bancos credores. Muito compreensivelmente os grandes bancos credores não gostam de ouvir falar em capitalização de juros porque esta é uma alternativa à idéia de "dinheiro novo" na qual os bancos perdem o poder decisório, transferindo-o para o devedor soberano. Além disso, os bancos norte-americanos têm problemas legais no caso de capitalização de juros.

Para o Brasil a alternativa de capitalização parcial dos juros vencidos a cada ano pode ser adequada na medida em que o país, além de rolar o principal da dívida, necessite de recursos financeiros adicionais. Ao invés de obter esses recursos adicionais através de uma solicitação aos credores, que a concedem ou não mediante a forma do "dinheiro novo", firmando novos contratos de financiamento sob condições nem sempre razoáveis para o país, o Brasil pode obter esses mesmos recursos soberanamente através da capitalização de uma porcentagem qualquer dos juros vencidos.

Entretanto este não é o momento adequado para esse tipo de discussão. Para o futuro governo Tancredo Neves o importante agora é que o presidente do Banco Central conclua com êxito as negociações sobre o reescalonamento plurianual do principal da dívida e sobre a redução da taxa de juros, mais precisamente dos *spreads*.

No processo de renegociação da dívida brasileira há sempre três itens que são freqüentemente confundidos. É preciso negociar (1) o principal, (2) a taxa de juros, e (3) a eventual necessidade de recursos adicionais. Pastore entendeu que em 1985 o Brasil não necessitará de recursos adicionais - não importa, portanto, se via dinheiro novo ou capitalização - e está negociando o principal e a taxa de juros. Para 1985 as projeções mais pessimistas do balanço de

pagamentos do Brasil indicam que, de fato, dificilmente necessitaremos de recursos adicionais. Ora, isto facilita muito a negociação com os credores do principal e da taxa de juros. Para o novo governo é importante que essa negociação seja concluída agora de forma que todas as suas atenções possam ser dirigidas para os problemas internos: dívida interna, inflação, salários, controle monetário, reforma tributária, promoção das exportações.

Quanto à capitalização dos juros, esta é uma discussão que pode ficar para mais tarde. O fundamental para o Brasil é crescer a uma taxa entre 6 e 7% nos últimos anos. Fizemos um ajustamento violento nos últimos quatro anos e temos o direito, agora, de almejar esse crescimento. Para crescermos a essa taxa é muito provável que venhamos a necessitar de recursos adicionais. Recente estudo do Banco Central voltou a apontar nessa direção. Se os credores não nos permitirem voltar ao mercado financeiro, nem nos concederem dinheiro novo em volume suficiente via negociação, não nos restará outra alternativa senão a capitalização de parte dos juros vencidos. Esperemos, entretanto, que não seja preciso chegar a isto, e que a conclusão das negociações em Nova Iorque abra perspectivas para o retorno do Brasil ao mercado financeiro em condições normais. (*Folha de S. Paulo*, 29 de janeiro de 1985).

A REFORMA AGRÁRIA E O NOVO GOVERNO

As declarações do presidente eleito Tancredo Neves, em sua última entrevista coletiva à imprensa, sobre a prioridade que terá no seu governo a reforma agrária são da maior importância. Tancredo Neves foi muito claro. Para ele a reforma agrária é uma "meta prioritária" de seu governo. Está sendo reclamada pelo Papa, pelo episcopado brasileiro, pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. "É um problema que está empapando de sangue o território brasileiro". Por isso dará ao ministério funcionário a estrutura necessária para que a reforma agrária se torne realidade.

É importante assinalar que Tancredo Neves fez essas declarações espontaneamente, respondendo a uma questão sobre reforma administrativa. Não tinha, portanto, necessidade de falar sobre o assunto, mas decidiu falar, e de maneira incisiva.

Já ouvi a observação de que o presidente eleito fez essas declarações "apenas para fazer média com a Igreja". E que não fará reforma agrária alguma. Limitar-se-á a continuar o que vem sendo feito até agora. E para justificar essa descrença, meu interlocutor acrescenta: "Em matéria de política econômica pouco ou nada mudará. Com a política fundiária vai ocorrer o mesmo".

Esse tipo de raciocínio linear e simplista revela pouco entendimento do que provavelmente vai ocorrer no governo Tancredo Neves. De fato, na área econômica haverá mudança de métodos e de homens, mas as mudanças de política não serão tão profundas. O grande desafio será compatibilizar retomada do desenvolvimento com combate à inflação. As pressões do Fundo Monetário Internacional, e portanto dos bancos credores, no sentido de uma solução ortodoxa ou convencional - e portanto recessiva - para esse problema serão muito fortes. Por outro lado, a necessidade de manter sob firme controle a despesa pública e a quantidade de moeda continuará a existir. Por isso, embora não se deva descartar a adoção de políticas mais arrojadas de combate à inflação, o mais provável é que tenhamos na área financeira uma política relativamente conservadora e certamente muito prudente.

Isto não significa, entretanto, que a política social também vá ter o mesmo sentido. É clássica a estratégia de uma política econômica conservadora ser combinada com uma política social progressista.

As declarações de Tancredo Neves sobre a reforma agrária apontam nessa direção. A reforma agrária e a reforma tributária são as duas condições para uma melhor distribuição de renda neste país. A estratégia de alcançar maior justiça social através de aumentos reais de salários superiores ao aumento da produtividade inflacionária é ineficaz. Se a grande mudança no campo econômico e social é lograr uma melhor distribuição de renda, será necessário pensar seriamente nessas duas reformas.

A reforma agrária é, de um lado, uma condição para uma melhor distribuição de renda, e de outro, uma necessidade do próprio desenvolvimento brasileiro. José Gomes da Silva, examinando o problema do Nordeste, escreveu recentemente nesta *Folha* um artigo admirável sobre a necessidade da reforma agrária. A agricultura familiar é na grande maioria dos casos uma forma muito mais eficiente de produção agrícola do que o latifúndio ou a grande empresa agrícola. Tancredo Neves percebeu este fato, está comprometido com o desenvolvimento social do país, e por isso decidiu dar prioridade à reforma agrária em seu governo. Certamente não será uma reforma agrária revolucionária. Não ameaçará e sim fortalecerá o capitalismo no país. Será,

entretanto, um processo real de mudança. Será uma das marcas do caráter socialmente progressista de seu governo. (*Folha de S.Paulo*, 19 de fevereiro de 1985).

AValiação DAS PRÓPRIAS FORÇAS

A demissão de Bernardo Grinspun do cargo de Ministro da Economia da Argentina pode ser interpretada como mais uma prova de que é impossível enfrentar o FMI. Mais prudente seria a posição do México ou do Brasil, que reconheceram desde o início o poder do Fundo e do sistema financeiro internacional, e trataram de realizar seu próprio ajustamento nos termos exigidos por quem tem poder.

Esta, entretanto, é uma interpretação apressada. Na Argentina, a partir da eleição de Raul Alfonsín, foram cometidos muitos erros. A inflação passou de 400 para quase 800 por cento porque o governo prometeu elevar salários e garantir um crescimento real da economia quando ainda não havia colocado um mínimo de ordem no descalabro monetarista de Martínez de Hoz. E decidiu enfrentar o FMI quando não tinha logrado um superávit comercial e reservas que lhe permitissem o confronto. E mais, quando não tinha uma firme estratégia seja para conduzir o problema da dívida externa, seja para enfrentar os problemas internos.

Em outras palavras, Grinspun não avaliou suficientemente suas próprias forças, não compreendeu que em certos momentos é preferível aceitar as diretrizes do Fundo - seja porque o país está desajustado e uma pressão externa ajuda-o a ajustar-se, seja porque o país ainda não possui nem reservas nem superávit comercial suficientes para bancar uma ruptura com o Fundo.

No caso do Brasil, hoje, a situação é muito diferente. Há dois anos e meio atrás, quando irrompeu a crise, o Brasil não tinha outra alternativa senão ajustar-se. Mais lentamente, com menos violência, mas ajustar-se: eliminar o déficit público, lograr superávits comerciais, equilibrar a conta-corrente, restabelecer o nível das reservas internacionais, desvalorizar a moeda, eliminar os subsídios, equilibrar os preços relativos.

Tudo isto foi feito, mas o Fundo ainda não está satisfeito porque a inflação não apenas não retrocede, mas acelera-se. E exige, irracionalmente,

mais contração fiscal, maior superávit público, e portanto nova recessão, quando se sabe que a inflação brasileira é autônoma ou inercial - o que torna os métodos ortodoxos de combatê-la extremamente custosos e ineficientes.

E exatamente neste momento, quando o Brasil já se ajustou, possui reservas e um grande superávit comercial - ou seja, quando o Brasil aumentou fortemente seu poder de barganha - o Fundo e os bancos credores suspendem as negociações e exigem a assinatura de uma oitava carta de intenções.

Esta é uma atitude agressiva da parte dos nossos parceiros do norte. Afinal temos um novo governo com compromissos solenes de garantir a retomada do crescimento brasileiro. E este governo não deve estar disposto a assinar cartas que não pretende cumprir. Não pode, portanto, assinar uma carta de intenções. Por outro lado, a capitalização parcial dos juros é uma alternativa sempre presente, desde que Paulo Lira a propôs, e principalmente desde que a Comissão do Plano de Governo a endossou. Será preferível não adotar essa solução, mas hoje ela é perfeitamente viável se for necessária.

O presidente do Banco Central agiu bem ao tentar, até o último momento, renegociar a dívida brasileira de forma global. Não conseguiu porque algumas metas de menor importância não foram cumpridas. Agora não resta outra alternativa ao novo governo senão renegociar tudo de novo, inclusive uma oitava carta de intenções que embora austera não seja recessiva. Para obter êxito nessa negociação, entretanto, será necessário usar com firmeza o poder de barganha de que hoje o país dispõe. (*Folha de S. Paulo*, 5 de março de 1985).

PRIVATIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A decisão do governo de utilizar 900 bilhões de cruzeiros do orçamento da República para salvar os bancos Sulbrasileiro e Habitasul, sob intervenção do Banco Central desde 8 de fevereiro, recoloca a questão da legitimidade da utilização de dinheiro público em benefício privado.

Existe uma novidade no atual processo que é o envolvimento do Congresso. O governo, que assume a responsabilidade primeira pela medida, enviará ao Congresso um projeto de lei pedindo autorização para a operação. Esta decisão abre perspectivas aos deputados e senadores - e assim a toda a

sociedade - de discutir o mais amplamente possível a utilização de recursos públicos para salvar empresas privadas.

Uma das características fundamentais dos vinte e um anos de regime autoritário que acabaram de terminar foi a privatização da coisa pública. Foi a utilização de recursos públicos para - em nome do desenvolvimento e da garantia das empresas - beneficiar empresas privadas.

As intervenções no sistema financeiro tiveram geralmente esse sentido. Através delas beneficiavam-se os depositantes e os acionistas incautos. Apenas os diretores das empresas tinham seus bens colocados em indisponibilidade. Mas mesmo assim muitos deles foram pouco penalizados pelos desmandos cometidos.

No presente caso, o valor patrimonial do Sulbrasileiro e do Habitasul deve ser zero ou negativo. Não faz sentido nenhum o governo injetar dinheiro nessas instituições para salvar o patrimônio de seus acionistas. Ou se encontra um dispositivo legal através do qual os acionistas entregam a quase totalidade de suas ações ao governo em troca de saneamento do Banco, ou não há razões para esse saneamento.

Os 24 mil empregados são certamente importantes. Mas se o governo cortar 900 bilhões de cruzeiros em suas outras despesas, quantos empregos serão perdidos? Provavelmente muito mais. Não faz sentido pedir aos congressistas que cortem despesas de interesse social para salvar instituições bancárias.

A Nova República exige novos métodos. Exige especialmente novos princípios. Dadas as pressões que vinha sofrendo, o Ministro da Fazenda agiu bem levando o problema para ser discutido no Congresso. Vamos esperar agora que o Congresso assuma esta nova responsabilidade, defina critérios gerais para a utilização de recursos públicos para salvar empresas privadas, e os aplique com rigor no presente caso. (*Folha de S. Paulo*, 2 de abril de 1985).

AS PRIMEIRAS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

As primeiras medidas de política econômica no novo governo revelam pouca imaginação. Estão enquadradas rigorosamente no diagnóstico convencional, monetarista, da inflação brasileira, segundo o qual esta seria consequência de excesso de demanda, mais especialmente de excesso de despesa pública, que levaria ao aumento da quantidade de moeda.

Há uma série de fatos que não estão sendo levados em consideração: (1) que não há excesso mas falta de demanda e portanto desemprego e capacidade ociosa, (2) que não há déficit público mas superávit público (de 0,2% do PIB em 1984), (3) que a oferta de moeda é passiva, crescento até novembro último a uma taxa muito inferior à inflação, (4) que a inflação brasileira é autônoma ou inercial, decorrendo a manutenção do patamar de inflação da indexação da economia e de sua oligopolização e portanto do conflito distributivo através do qual todos os agentes econômicos buscam manter sua participação de renda, (5) que a aceleração da inflação decorre de choques de oferta, como a trimestralidade salarial e a elevação da taxa de juros que ocorreu no último trimestre de 1984. Todas estas evidências sobre a inflação não estão sendo levadas em conta.

As mudanças na forma de correção monetária são cosméticas - ainda que positivas - e não mudarão o quadro da inflação inercial. Em contrapartida as medidas de contração da despesa pública - visando um superávit público operacional maior - se forem mantidas, levarão a economia brasileira necessariamente à recessão sem, com isso, desacelerar a inflação.

A perspectiva da recessão se agravará se se confirmarem as tendências a uma redução das exportações. Em 1984 foi possível compartilhar o crescimento de 4,1% do PIB com uma forte contração fiscal porque o grande aumento das exportações desempenhou um papel compensatório sobre a demanda agregada.

Em 1985 não estamos tendo esse aumento, o superávit comercial está diminuindo. E em breve poderemos ver nossas reservas serem reduzidas. Se antes disto não tomarmos medidas firmes de capitalização parcial dos juros da dívida externa, perderemos qualquer margem de manobra cambial, seja para garantirmos a retomada do crescimento, seja para combatermos a aceleração da inflação que inevitavelmente decorrerá de uma nova crise cambial.

Dentro desse quadro pessimista, a única medida do governo na área de combate à inflação que poderá ter algum efeito foi a reativação do CIP. A redução sistemática dos salários reais dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que a economia ainda se mantém em expansão, está certamente permitindo lucros extraordinários, às custas da inflação, que só podem ser colhidos com o controle administrativo de preços. Com isto obviamente não se reduzirá o

patamar da inflação - dada a indexação generalizada da economia - mas se logrará conter o processo de aceleração inflacionária.

A decisão do governo de tomar medidas drásticas de contenção da despesa pública visa também conter o processo de aceleração inflacionária. São ineficientes porque não consideram o caráter autônomo da inflação brasileira, e poderão ter custos econômicos e sociais elevados, na medida em que levam o país de novo à recessão.

Medidas recessivas dessa natureza, entretanto, deverão ter fôlego curto, porque falta legitimidade a um governo que prometeu a retomada do crescimento mas reconduz o país à recessão. Em consequência, é muito provável que a economia volte ao clássico processo de *stop and go*, que não resolverá o problema da inflação nem o do desenvolvimento brasileiro. (*Folha de S.Paulo*, 9 de abril de 1985).

CONFLITO SOCIAL E REGRA SALARIAL

As greves que estão ocorrendo em todo estado já eram esperadas, mas, assim mesmo, preocupam. Preocupam especialmente os empresários que estão sendo desafiados pelos trabalhadores organizados sindicalmente. E ao mesmo tempo deixam o governo em uma situação difícil. Seu papel é de um lado tentar intermediar, arbitrar. De outro, através do poder de coerção da política, manter a ordem, fazer respeitar a lei, o direito de greve, a liberdade de cada cidadão, a propriedade.

Os empresários imaginam que a lei e a ordem estão apenas do lado deles. No caso da invasão de fábricas ou da constituição de reféns isto é obviamente verdade. Mas nos demais casos as situações são muitas vezes dúbias, ficam na área cinzenta dos direitos de ambas as partes. Os trabalhadores têm o direito à greve, têm o direito à propaganda, têm o direito de fazer piquetes, desde que não seja para impedir fisicamente os colegas de entrar na fábrica, têm ou deveriam ter o direito de não ser demitidos por suas ações legítimas de mobilização dos trabalhadores. E esses direitos dos trabalhadores muitas vezes não são respeitados pelas empresas.

No meio do conflito de classes fica o governo, até dois anos decididamente a favor das empresas. Hoje tenta ser neutro, atender a ambas as partes. O

resultado são críticas tanto do lado dos trabalhadores quanto do lado dos empresários Para os trabalhadores o governo está sempre a serviço do capital. Para os empresários que ainda não perderam o vezo autoritário, a polícia é sempre omissa.

A omissão, entretanto, é menos da polícia e mais das autoridades econômicas e sociais que não conseguem definir uma regra geral que sirva de base para as negociações. Com a redemocratização e a aceleração da inflação, a regra formalmente vigente, o decreto 2045, entrou em desuso. Os trabalhadores, vendo seus salários reais serem comidos pela inflação, partem para demandas radicais de trimestralidade, de reposição salarial e redução de jornada de trabalho, que, na medida em que vão sendo atendidas, aceleram inapelavelmente a inflação. Os empresários, por sua vez, fazem contra-proposta insuficiente. Ambas as partes participam de um jogo, mas, diferentemente do que acontece nos países centrais, esse jogo, além de um jogo de forças, é um jogo de azar. Porque há um terceiro parceiro do jogo, a taxa de inflação, que, ao acelerar-se (ou desacelerar-se), altera o resultado efetivo das barganhas realizadas.

A única forma de acabar com esse elemento de roleta, de azar, nas relações entre o capital e o trabalho, é assegurar aos trabalhadores a manutenção do salário médio real mais o aumento da produtividade. Esta é a regra geral necessária, que não seria um teto mas um piso, a não ser para as empresas em notórias dificuldades, cujos trabalhadores poderiam voluntariamente fazer acordos abaixo desse piso para garantir seu emprego.

A regra da manutenção do salário médio real - inclusive uma forma simples de calculá-lo - é necessária e urgente. E só partir do governo. Essa regra não resolverá todos os problemas, porque afinal os conflitos sociais não se resolvem com leis muito menos com aritmética, mas será essencial para estabelecer uma base racional em torno da qual se trave o conflito. (*Folha de S.Paulo*, 30 de abril de 1985).

POLÍTICA ECONÔMICA E CRISE POLÍTICA

Na última semana o Brasil deu um grande avanço no plano político com a aprovação de emendas constitucionais restabelecendo eleições diretas para a Presidência da República e para os prefeitos das capitais dos Estados, dando

direito de voto ao analfabeto, e criando condições para a legalização dos partidos comunistas. Em contrapartida, no plano econômico, as reações ao discurso do Ministério da Fazenda no Congresso deixaram claro que, nesta área, o impasse continua. Não existe um consenso entre os membros da sociedade, entre os setores conservadores e progressistas, entre o capital rentista e o capital produtivo, sobre como conduzir a política econômica brasileira.

Luciano Martins, em um artigo publicado nesta *Folha* no último domingo, deixou claro que a definição de uma política econômica que una a sociedade brasileira não é apenas o problema econômico básico do país, mas também o problema político fundamental. O nó górdio da crise política que começa a se definir, à medida em que a união nacional constituída precariamente por Tancredo Neves vai se dissipando, está na definição de uma política econômica.

A politização da questão econômica torna-se evidente em relação ao problema do déficit público. De acordo com o conceito macroeconômico adotado pelo FMI, o conceito de variação nas Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) - o Brasil, em 1984, apresentou um superávit público operacional, não considerada a correção monetária, de 0,2% do PIB. Considerada a correção monetária, permanecia ainda um grande déficit público nominal, mas esse déficit, embora tenha efeitos de caixa, não pressiona a demanda agregada, não representa aumento de despesa do Estado, e portanto não acelera a inflação.

Na medida em que conseguimos um pequeno superávit público operacional, podíamos - e podemos ainda - considerar nossa economia basicamente ajustada.

Nesses termos a economia brasileira está pronta para crescer, não se justificando a adoção de políticas recessivas desejadas pelos credores e pelo FMI.

O conceito de déficit público operacional, baseado na metodologia do próprio FMI, é portanto politicamente importante para as negociações do Brasil com os credores e com o próprio FMI.

O governo brasileiro, entretanto, decidiu colocar de lado esse conceito e passa a adotar um "conceito de caixa" do déficit público, afetado, obviamente, pela própria taxa de inflação. Nesses termos, chega a um déficit de caixa de 84,9 trilhões de cruzeiros em 1985, correspondente a cerca de 6% do PIB.

Com esse conceito procura-se, politicamente, legitimar a redução das despesas e o aumento das receitas do Estado. Sem dúvida é necessário - ainda que com moderação, sem recorrer à recessão - lograr os dois objetivos.

Em contrapartida, porém, ao adotar-se tal conceito de déficit público, o poder de barganha do Brasil junto ao FMI e aos credores reduz-se, porque implica no reconhecimento equivocado de um brutal desajuste interno.

Em conseqüência, tudo indica que o país caminha no sentido de assinar uma carta de intenções recessivas, que trará graves prejuízos no plano econômico, e, ao mesmo tempo, levará o país a entrar novamente em uma crise política. (*Folha de S.Paulo*, 14 de maio de 1985).

UNIDADE, IMPOSTO E AUTONOMIA SINDICAL

A autonomia sindical é uma das demandas fundamentais de todos os que têm lutado pela democracia neste país. Autonomia sindical significa liberdade para os trabalhadores e para os empresários organizarem-se sindicalmente com total independência em relação ao Estado.

Entretanto, ao lermos o dossiê que esta *Folha* publicou no último domingo sobre o assunto, percebemos que a tese da autonomia sindical é mais uma rolagem do que realmente uma demanda democrática, na medida em que tanto trabalhadores quanto, principalmente, empresários se opõem à extinção dos dois vínculos fundamentais que subordinam os sindicatos ao Estado: imposto sindical e o princípio legal da unidade sindical.

Os líderes sindicais trabalhadores, que tanto lutaram contra as intervenções autoritárias do Estado nos sindicatos, adotam uma posição mais coerente: favorecem a extinção gradual do imposto sindical. Mas permanecem agregados ao princípio da unidade sindical, negando direito aos demais trabalhadores de se organizarem como pretendem. Já a maioria dos empresários entrevistados é contra seja a extinção do imposto sindical, seja o fim da unidade sindical.

É compreensível que sindicatos de empregados resistam à perda das receitas do imposto sindical. É compreensível, também, que queiram a proteção do Estado para manter a sua unidade. Mas de duas, uma: ou entendemos que os sindicatos são entidades que fazem parte da sociedade civil e que, portanto, têm o direito e o dever de serem autônomos em relação ao Estado; ou desistimos da autonomia sindical e entendemos que os sindicalistas são uma parte, uma extensão do Estado. No primeiro caso, os sindicatos ficam sem imposto sindical

e unidade sindical legal, mas garantem a sua independência efetiva. No segundo caso, permanecem protegidos pelo Estado, mas, em contra-partida, aceitam várias formas de submissão.

Naturalmente muitos sindicalistas nos dirão que a alternativa não é verdadeira. Que é possível manter a proteção do Estado ao sindicato sem oferecer em troca a sua submissão.

Sem dúvida é dever do Estado proteger os direitos sociais dos trabalhadores da mesma forma que deve proteger o direito à propriedade. Quando se propõe - como agora o Ministro do Trabalho acaba de fazer - uma nova lei de greve, o que se pretende é exatamente garantir esse direito, ao mesmo tempo que estabelecem princípios necessários da ordem nas negociações coletivas de trabalho. Entre esses princípios é necessário estabelecer o de caráter efetivamente democrático das decisões sindicais que decidem pela greve e pela sua suspensão.

Não é, entretanto, com o imposto sindical e o princípio legal da unidade sindical que se protegerá os sindicatos. Estes institutos foram criados pelo Estado Novo para submetê-los. Para transformar os líderes sindicais em uma extensão do aparelho burocrático de Estado. Agora cabe a coragem de eliminá-los - ainda que gradativamente no caso do imposto sindical - de financiar a atividade dos sindicatos com as contribuições de seus associados, e de alcançar a unidade através da vontade política e não de imposição legal. (*Folha de S. Paulo*, 4 de junho de 1985).

A PRIORIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

O problema central da economia brasileira, hoje, é o da dívida externa e não o da inflação. O Brasil só logrará equacionar o problema da inflação e da dívida interna se, previamente, negociar de maneira satisfatória a sua dívida externa. Está na dívida externa o obstáculo fundamental ao desenvolvimento econômico, à melhor distribuição da renda e à estabilidade dos preços, ou seja, aos três objetivos econômicos fundamentais da Nação brasileira.

Em 1984, quando as exportações brasileiras deram um extraordinário salto, começou a tornar-se comum entre empresários e economistas conservadores a afirmação de que "o problema da dívida externa já está

equacionado, o problema agora está na dívida interna e na inflação". Com isto colocava-se de lado a necessidade de uma posição mais firme e soberana em relação aos credores internacionais. Ora, essa posição desejada pelos países credores e, no Brasil, por quem não tem ou o interesse, ou a coragem, ou a independência em relação aos países centrais para reconhecer quais são os verdadeiros problemas nacionais.

Para substanciar essa afirmação, produziam-se projetos otimistas no balanço de pagamentos brasileiros, segundo os quais o superávit comercial brasileiro cresceria para 20 e até 25 bilhões de dólares nos próximos anos.

Em 1985, com a desaceleração esperada e agora efetivamente da economia norte-americana, essas projeções assumiram todo o seu caráter fantasioso. Neste ano a projeção do superávit comercial brasileiro já foi oficialmente reduzida de 12,6 para 11,7 bilhões de dólares.

Na verdade, podemos enumerar uma série de argumentos em favor desta prioridade para o problema da dívida externa.

Em primeiro lugar, há o problema de compatibilização do crescimento econômico com a decisão dos credores de evitar sob todas as formas fornecer novos empréstimos, "dinheiro novo" na sua terminologia, ao Brasil. A idéia do FMI e dos bancos credores é de que o Brasil mantenha próximo de zero a conta-corrente de seu balanço de pagamentos, pagando os juros da dívida com o superávit em transações reais (superávit comercial menos serviços reais). Como os juros devidos a cada ano são cerca de 11 bilhões de dólares, esta política implica em uma transferência real de recursos - e portanto - de poupança - do Brasil para os países centrais de aproximadamente o mesmo valor, correspondente a cerca de 5% do PIB brasileiro.

É fácil compreender que esse é um obstáculo fundamental ao desenvolvimento do país. É razoável imaginar que o Brasil tenha superávit em transações reais para pagar parte dos juros devidos, mas o mínimo que o Brasil pode exigir é a manutenção do valor real de sua dívida em dólares. Ora, dada a inflação norte-americana de cerca de 4% ao ano e a dívida brasileira de 102 bilhões de dólares, isto significa recebermos cerca de 4 bilhões de dólares de dinheiro novo a cada ano.

Em segundo lugar, há o problema de autonomia do Brasil em matéria de política econômica. A partir da dívida, os credores e o FMI entendem que têm o direito de orientar - e até monitorar - a economia brasileira. Exigem cartas de intenção recessivas, de acordo com uma visão da economia brasileira equivocada, que considera a inflação o principal problema a ser enfrentado, que diagnostica a inflação como sendo acusada pelo déficit público e pela emissão de moeda, e que pretende enfrentar o problema principalmente através de medidas de caráter monetário e fiscal. Independentemente do acerto ou equívoco

da política econômica exigida pelo Fundo, entretanto, o certo é que a definição da política econômica deve caber ao Brasil enquanto país soberano. E para alcançar esse objetivo a dívida externa é um obstáculo cujo enfrentamento e solução é uma condição prévia inescapável.

Em terceiro lugar, há o próprio problema de inflação. Só será possível combater efetivamente a inflação se previamente equacionarmos o problema da dívida externa e garantirmos uma "folga cambial", ou seja, se acumularmos reservas internacionais que permitam tomar as medidas de desindexação necessárias para eliminar a inflação autônoma ou inercial existente no Brasil.

Se nos perguntarmos quais foram as causas da aceleração da inflação em 1979/80, quando a inflação passou de 50 para 100%, e em 1983, quando passou de 100 para 200%, veremos que a causa fundamental foi a dívida externa, traduzida na necessidade de desvalorizarem em termos reais o cruzeiro. As demais causas - todas choques de oferta e não de demanda - foram complementares.

A inflação brasileira é essencialmente uma inflação autônoma ou inercial. Os preços sobem impulsionados por choques de oferta, mantendo-se em seguida, em patamares relativamente estáveis. Essa estabilidade se deve aos fatores mantenedores da inflação, basicamente à capacidade de cada agente econômico de manter a sua participação relativa na renda através da indexação formal e informal de seus preços. Como esses preços são alternados defasadamente, a inflação passada tende a reproduzir-se autonomamente (independentemente de choques de demanda ou de oferta), ou seja, o movimento inercial dos aumentos defasados dos preços tende a perpetuar-se em sucessivos patamares.

Sucessivos patamares porque qualquer choque de oferta (uma maxi-desvalorização, medidas de "inflação corretiva" nos preços públicos, variações nos preços relativos agrícolas, estrangulamentos na oferta de certos bens, elevações de salários reais acima da produtividade) constituem-se em fatores aceleradores da inflação, os quais elevam a inflação para um novo patamar. Em seguida, uma vez esgotados os efeitos dos choques de oferta, a inflação se mantém estável, inerte, autônoma, em seu novo patamar.

Para combater esse tipo de inflação é necessário, ao invés das clássicas políticas recessivas, tomar medidas de desindexação da economia (ou introduzir a moeda indexada). A desindexação só será eficiente, entretanto, depois de se ajustarem o mais possível os preços relativos, depois de se reduzirem as defasagens entre os aumentos de preços, e desde que o país conte com reservas cambiais elevadas. Essas reservas são essenciais porque a desindexação implicará no congelamento não apenas dos salários, dos juros e dos preços administrativos, mas também da taxa de câmbio. E é preciso que haja a

credibilidade de que esse congelamento da taxa de câmbio será efetivamente mantido.

Finalmente, a dívida externa é o problema fundamental, de cuja solução prévia depende a solução dos demais problemas da economia brasileira, porque a dívida interna e o déficit público estão condicionados e determinados por ela através da taxa e do volume de juros a serem pagos anualmente pelo setor público. A dívida interna mobiliária brasileira em ORTNs e LTNs é relativamente pequena. O que torna imensa a dívida interna é a dívida em dólares, ou seja, a dívida externa das empresas e autarquias públicas, a qual, internamente, tem que ser paga em cruzeiros, a taxas de juros elevadas.

O Ministro da Fazenda, muito preocupado com o caráter inflacionário do déficit público, estimou recentemente o "déficit de caixa" do setor público em 84,9 trilhões de cruzeiros para 1985. O Ministro do Planejamento aceitou esse número, mas lembrou que cerca de 91 bilhões de cruzeiros são juros reais a serem pagos. Ora, o déficit público só é causa de aceleração da inflação, só pressiona a inflação, constituindo-se em choque de demanda, quando corresponde a aumento de despesas reais, não a pagamentos de juros originados de uma imensa dívida externa. Para resolver o problema do déficit público financeiro será, portanto, necessário resolver antes o problema da taxa de juros interna, a qual, por sua vez, depende da taxa de juros externa e da pressão para o pagamento dos juros da dívida externa.

Há portanto uma prioridade para a solução do problema da dívida externa sobre todos os demais problemas - particularmente sobre o problema da inflação. O FMI entende exatamente o contrário, e condiciona "concessões" na área da dívida externa, ou seja, de novos empréstimos, ao encaminhamento prévio do problema inflacionário via novas medidas de ajustamento. Define-se assim o impasse, que provavelmente só será resolvido quando novas crises cambiais representadas pela redução das reservas internacionais brasileiras levarem o Brasil a capitalizar parcialmente os juros a serem pagos. (*Gazeta Mercantil*, 9 e 11 de junho de 1985).

INFLAÇÃO AUTÔNOMA E DESINDEXAÇÃO

Depois de dezoito meses de desacertos, o Presidente Alfonsín afinal encontrou o caminho correto do combate à inflação, determinando a desindexação total da economia e o congelamento dos preços, dos salários, dos juros, da taxa de câmbio e da oferta de moeda.

A inflação argentina, que Alfonsín encontrou em uma taxa anual acima de 300 por cento, já supera atualmente os 1000 por cento. Não importa discutir aqui as causas dessa aceleração inflacionária, que estava levando a Argentina à hiper inflação. O importante a assinalar é que no final de 1983 a inflação desse país, semelhante ao que acontece no Brasil, já era autônoma ou inercial.

Inflação autônoma ou inercial é aquela que se reproduz automaticamente, devido à capacidade de cada agente econômico de, defasada indexadamente, repassar os aumentos de custos para preços. Esse repasse ocorre em função do conflito distributivo, através do qual todos procuram (e até certo ponto logram) não perder - e se possível ganhar - com a inflação.

Uma inflação dessa natureza, que é sempre caracterizada por altas taxas, é insensível a medidas monetaristas ortodoxas de redução da demanda, conforme temos visto insistentemente aqui no Brasil. É também insensível a uma política estruturalista heterodoxa de expansão econômica que, através de aumento de produtividade e do aproveitamento de capacidade ociosa, permita baixar as margens de lucro das empresas e assim desacelerar a inflação.

Por outro lado, uma inflação autônoma como a argentina (ou brasileira) é extremamente sensível a qualquer choque setorial estrutural de demanda e, principalmente, é sensível a choques de oferta (aumentos) monopolistas de margens de lucro, desvalorização cambial real, aumentos de salários acima da produtividade, obtidos pelos sindicatos, medidas de "inflação corretiva" tomadas pelo governo para eliminar subsídios. Qualquer choque dessa natureza acelera a inflação, levando-a a mudar de patamar e, em seguida, a estabilizar-se rigidamente nesse novo patamar.

Diante desse tipo de inflação, a única solução é a de desindexação geral da economia e o congelamento de preços, salários, juros, aluguéis e taxa de câmbio. Esta medida, entretanto, só pode ser tomada quando (1) os preços relativos estão ajustados, ou há subsídios distorcendo os preços de mercado, e quando (2) as defasagens entre os aumentos de preços foram reduzidas ao mínimo. Além disso, é necessário que (3) a balança comercial do país esteja equilibrada e (4) e que o déficit público real (descontada correção monetária e juros) haja sido eliminado.

As duas primeiras condições são essenciais porque no dia em que a inflação é estancada é necessário que não haja, de um lado, grandes prejudicados - aqueles que aumentaram há muito tempo seus preços - e grandes beneficiados - aqueles que acabaram de aumentar seus preços. Por outro lado, a terceira e quarta condições são imprescindíveis para que não haja uma pressão de demanda forçando os salários e as margens de lucro para cima.

É preciso ficar claro que a política de congelamento ou desindexação de economia que está sendo adotada na Argentina nada tem a ver com o choque monetarista ortodoxo, embora também se congele o aumento de oferta de moeda. É um tratamento de choque heterodoxo ou administrativo, que busca, através do congelamento dos preços não indexados e a desindexação dos ativos e contratos indexados, eliminar inflação autônoma, na qual a oferta de moeda é mero fator sancionador da inflação. A moeda só aumenta porque, como os preços estão aumentando, é necessário manter a liquidez do sistema econômico. Se os preços são congelados administrativamente em um ponto em que não haja nem grandes prejudicados nem grandes beneficiados, deixa de haver necessidade de aumento da oferta de moeda. (*Gazeta Mercantil, 18 de junho de 1985*).

REFORMA AGRÁRIA E CAPITALISMO

O 1o. Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA), que tanta celeuma vem levantando, é em síntese um instrumento importante senão essencial da consolidação do capitalismo no Brasil. Só o excesso de conservadorismo de uma minoria e a decidida desinformação da maioria (para a qual, aliás, contribui a inábil apresentação do plano em um congresso de trabalhadores rurais) pode explicar tamanha reação diante de uma proposta do governo de reforma agrária que vem atender a uma das prioridades fundamentais da Nação brasileira.

Ouçõ de alguns críticos exacerbados expressões como "plano de coletivização da agricultura brasileira", "ameaça à iniciativa privada", quando nada é mais distante do texto do PNRA e das intenções dos seus principais formuladores - o ministro Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva, presidente do INCRA -, conforme eles vêm insistentemente esclarecendo aos agricultores e à imprensa. Embora o Plano não o especifique, já ficou claro que os latifúndios produtivos não serão desapropriados; apenas uma parcela dos improdutivos o

serão, já que a médio prazo não há obviamente nem recursos, nem capacidade administrativa para desapropriar todos os latifúndios improdutivos. Ainda que, nos termos do Estatuto da Terra, se prevejam "unidades de propriedades em comunhão", a prioridade total da reforma será para as reformas familiares. A estratégia de reforma via tributação progressiva dos latifúndios improdutivos não será descartada, mas não terá prioridade sobre a estratégia da desapropriação, porque a primeira já foi utilizada em 1966 e fracassou.

A reforma agrária em discussão hoje é um instrumento essencial para a consolidação do capitalismo no Brasil, na medida em que ajudará a resolver seu problema fundamental: o da marginalização dos benefícios do desenvolvimento, no campo e na periferia das grandes cidades, de cerca de um terço da população brasileira.

O que distingue e torna relativamente instável o capitalismo brasileiro do capitalismo dos países centrais é exatamente essa manipulação, é a existência de um imenso contingente de subempregados e desempregados vivendo em condições de miséria absoluta ou muito próximo dela.

Ignácio Rangel, no debate dos anos cinquenta sobre a reforma agrária, afirmava que, embora sua não realização implicasse na perpetuação da concentração de renda no Brasil, ela não era essencial para o desenvolvimento capitalista brasileiro com vistas à criação do mercado interno. Ao contrário do que aconteceu nos países centrais, onde algum tipo de reforma agrária constituiu-se em pré-condição para a revolução industrial e a conseqüente implantação do capitalismo, no Brasil esta pré-condição não existia porque a industrialização se realizava via substituição de importações, que garantia uma reserva de mercado para a indústria.

O modelo de industrialização via substituição de importações, entretanto, já se esgotou há muito. Foi substituído por um modelo concentrador das classes médias para cima - o modelo de subdesenvolvimento industrializado -, que também já se esgotou. Agora sem um mínimo de distribuição, para a qual a reforma agrária e a reforma tributária serão os instrumentos fundamentais, será muito difícil continuar a fazer avançar a acumulação de capital neste país.

Finalmente, a reforma agrária proposta consolida o capitalismo porque ao invés de coletivizar ou estatizar a terra, a entregará a milhares de famílias como propriedade privada. Ora todos os estudos e a experiência definitiva dos países capitalistas centrais indicam que na agricultura as economias de escala são praticamente inexistentes, que as grandes propriedades tendem portanto a ser ineficientes, e que a propriedade familiar é não apenas a forma mais justa mas

também mais produtiva de explorar a terra - de dar à terra, que não pode ser entendida como uma mercadoria mas como um bem social precioso, a função econômica e social que lhe é inerente. (*Folha de S.Paulo*, 25 de junho de 1985).

UM PACTO POLÍTICO FORMAL: MONCLOA

No Brasil hoje - após o término do regime autoritário nada é mais importante para a consolidação da democracia e para garantir o desenvolvimento econômico do que um sólido pacto político. O presidente Sarney percebeu este fato e vem falando com insistência na necessidade de um pacto político - de um "pacto nacional". O governador Montoro e os demais governadores manifestam seu apoio à idéia através da proposta de um "acordo nacional".

Há, entretanto, fortes obstáculos a um pacto político. O principal é naturalmente o próprio conflito de interesses entre trabalhadores e empresários, entre produtores (empresários ou trabalhadores) e rentistas,, entre progressistas e conservadores. Mas há um obstáculo adicional efetivo à incompreensão sobre o que seja um pacto político, como distingui-lo de um pacto social e de uma aliança política: como, entre os pactos políticos, diferenciar os pactos formais dos informais.

Tancredo Neves foi eleito com base em um pacto político informal, que reuniu a grande maioria dos brasileiros em torno de três idéias: (1) democracia, (2) manutenção do capitalismo, e (3) reformas sociais e nova política e econômica visando garantir o crescimento e distribuir melhor a renda. Foi também eleito com base em uma aliança política PMDB-PFL. A aliança política era formal, o pacto político, informal.

Durante sua campanha, Tancredo Neves propôs, "com base no pacto de Moncloa", um pacto social, ou seja, um pacto entre trabalhadores e empresários, com a intermediação do governo, para combater a inflação e garantir a retomada do desenvolvimento. O pacto social foi apoiado pelos empresários e recusado pelos trabalhadores. Esta recusa era previsível. Tancredo Neves e seus assessores estavam certos ao invocar o exemplo de Moncloa, mas enganados ao conceituar o pacto de Moncloa - que, após a morte de Franco, foi decisivo para a consolidação da democracia espanhola como um pacto social, O pacto de Moncloa não foi um pacto social mas um pacto político formal.

Na Espanha, em uma primeira etapa, o governo e os empresários propuseram aos trabalhadores um pacto social, que ficaria limitado aos problemas econômicos, mas os trabalhadores e seus sindicatos recusaram sentar-se à mesa de discussão. Não lhes interessava um acordo apenas sobre a política econômica. Queriam também reformas sociais e institucionais. E para essas reformas os sindicatos de empresários e de trabalhadores não seriam os interlocutores adequados. Os interlocutores deveriam ser os partidos políticos.

O primeiro ministro Adolfo Suarez compreendeu este fato e convocou os quatro principais partidos políticos para sentar à mesa em Moncloa. O resultado foi um documento escrito e assinado, um pacto político formal, que continha não apenas dispositivos precisos sobre a nova política econômica, mas também o compromisso de reformas sociais, como a reforma sindical e a agrária, e reformas institucionais, que afinal se traduziram na nova Constituição espanhola.

O Brasil está em um momento de sua história muito semelhante ao da Espanha no momento do pacto de Moncloa. A democracia foi alcançada, mas é necessário agora consolidá-la. O desenvolvimento é possível, mas exige alguns sacrifícios prévios e principalmente a coragem de assumir alguns riscos.

O Brasil precisa de uma política econômica coerente e de reformas sociais e políticas efetivas. A nova Constituição será apenas um dos elementos destas reformas. Um pacto político entre os partidos e entre as classes, que desarme os espíritos e que estabeleça objetivos comuns, é hoje uma prioridade nacional. Moncloa é um exemplo que não poderá ser copiado, mas que merece ampla análise e meditação. (*Folha de S.Paulo*, 9 de julho de 1985).

PACOTE FINANCEIRO, INFLAÇÃO E RECESSÃO

O pacote financeiro recentemente colocado em execução não é nem recessivo nem anti-inflacionário. Um arrocho fiscal mais violento seria sem dúvida recessivo, mas pouca influência teria sobre a inflação inercial brasileira.

O pacote financeiro reduziu em Cr\$ 39 trilhões um déficit público operacional de caixa estimado em 109 trilhões. As despesas de investimento das empresas estatais foram contratadas e alguns impostos aumentados para se atingir esse resultado. Os restantes 70 trilhões serão cobertos da seguinte

maneira: 28 trilhões de colocação de títulos públicos, 27 trilhões de emissões de moeda e 15 trilhões de atrasos de pagamentos, que passam para o próximo ano.

Sem dúvida o pacote não é recessivo. Os investimentos das empresas estatais, depois do corte, ficarão em um nível real semelhante ao de 1984. Como nesse ano os investimentos das estatais já estavam reduzidos, as empresas estatais continuarão a não ser um fator estimulador da economia, mas não se constituirão em causa de recessão.

Em 1984 o fator dinâmico da economia, que livrou o país da recessão, foi o aumento das exportações. Neste ano novo aumento não está ocorrendo, para compensar o nível deprimido dos investimentos públicos. Em consequência, deveríamos assistir uma clara desaceleração do crescimento, a qual só não está ocorrendo porque os aumentos de salários reais e a boa safra estão, compensatoriamente, permitindo a sustentação da demanda agregada.

O pacote financeiro não é portanto recessivo. Uma previsão de 5 por cento de crescimento para o PIB continua realista. Mas não contribuirá para o combate à inflação, que, depois da redução artificial a que está sendo submetida, deverá voltar para níveis superiores a 10 por cento ao mês assim que se começarem a tomar as inevitáveis medidas de "inflação corretiva" dos preços relativos. Afinal, além dos prejuízos para as empresas privadas, esse congelamento parcial, que distorce os preços relativos criando subsídios implícitos, custará às empresas estatais cerca de Cr\$ 25 trilhões em 1985.

Os economistas ortodoxos e o FMI, entretanto, pretendiam que se o corte dos investimentos públicos fosse consideravelmente maior, no limite permitindo crescimento zero da oferta de moeda, a inflação cairia substancialmente, ao preço de nova recessão para o país. Carlos Longo, por sua vez, em artigo para esta *Folha* no último sábado, propõe a obtenção de empréstimos externos adicionais de 4 bilhões de dólares para o governo, que lhe permitissem nada emitir em 1985. Não teríamos recessão e "a fonte realimentadora da inflação, a emissão de Cr\$ 27 trilhões, pode ser eliminada de repente e a recessão evitada".

Ora, dado que a inflação brasileira é essencialmente inercial, reproduzindo a taxa de inflação passada, nem a política ortodoxa recessiva, nem a política alternativa não recessiva de Carlos Longo seriam eficientes no combate à inflação. Porque a fonte realimentadora da inflação não é a emissão de moeda - esta apenas sanciona uma inflação que já ocorre mas a capacidade que cada agente tem, nas altas inflações, de repassar automática e defasadamente, os aumentos de custo para preço e assim manter sua participação relativa na renda.

A emissão de moeda é inevitável para se manter em níveis mínimos o índice de liquidez da economia. Um corte violento da oferta de moeda pouco reduziria a taxa de inflação, mas certamente seria recessivo, ao aumentar ainda

mais a taxa de juros, além, de inviabilizar as próprias compras das empresas ao tornar ainda mais difícil o financiamento do seu capital de giro. (*Folha de S.Paulo*, 16 de julho de 1985).

O FIM DA INFLAÇÃO INERCIAL NA ARGENTINA¹

A reforma financeira realizada na Argentina em 16 de junho, embora ainda corra riscos, já pode ser considerada um êxito. O plano obteve o apoio da grande maioria da população, dos sindicatos de trabalhadores e dos empresários. A nova moeda austral transformou-se no marco de referência de todos: ninguém mais fala em pesos na Argentina. e - o que é mais importante a inflação de fato estancou-se: sua taxa mensal, que chegou a alcançar 30 por cento em junho, deverá ser ligeiramente negativa em julho: previsões atuais são de uma inflação de 1 a 4 por cento neste mês.

Esta reforma monetária corresponde ao que denominei "política heróica" de controle da inflação (1984), ou ao que Francisco Lopes chamou de "choque heterodoxo" (1984). Em termos de experiência anterior, corresponde muito aproximadamente à política econômica que levou a Hungria a terminar, em agosto de 1946, com a maior hiperinflação de que se tem conhecimento na história. A reforma monetária argentina implicou no congelamento geral dos quatro preços básicos de qualquer economia: o preço das mercadorias e serviços, os salários, a taxa de juros e a taxa de câmbio.

O êxito de uma política heróica dessa natureza - heróica porque radical, exigindo decisão e coragem - depende da existência de alguns pressupostos: (1) a inflação deve ser basicamente inercial, ou seja, a taxa de inflação presente reproduz a taxa de inflação passada em função da capacidade de cada agente econômico de manter sua participação na renda através de aumentos defasados de preços, não se podendo atribuir a manutenção do patamar de inflação ao excesso de demanda, ao déficit público ou ao aumento descontrolado da oferta

1 Pude escrever este artigo a partir das conversas com dois dos autores do programa de reforma monetária, os economistas Adolfo Canitrot e Roberto Lavagna, e com Lúcia Goldenstein, pesquisadora do CEBRAP, durante o Fórum Cone Sul, patrocinado pelo ILDES, no Uruguai. (*Gazeta Mercantil*, 17 e 18 de julho de 1985).

de moeda: (2) os preços relativos devem estar razoavelmente ajustados no dia D do congelamento de forma a não exigir ajustes posteriores: (3) as defasagens entre os aumentos de preços devem ser as menores de forma a ser possível encontrar um dia D o mais próximo e o mais intermediário entre as datas de reajustes de todos os preços: (4) o país deve contar com reservas internacionais ou com a garantia de empréstimos em dólares que lhe permitam assegurar a estabilidade absoluta da taxa de câmbio: (5) a inflação deve ter-se transformado em um jogo de soma menor do que zero, que deixa todos indignados porque, impedindo o cálculo econômico e uma política coerente, leva o país em direção aos caos ou à ingovernabilidade.

As condições (2) e (3) são essenciais, porque é importante que, no dia D, em que se decreta o congelamento e a desindexação geral de todos os preços, não haja nem grandes perdedores nem grandes ganhadores. As perdas e ganhos devido a pequenos desajustes nos preços relativos ou às defasagens nos aumentos de preços devem ser mínimas, de forma a não levar a nova retomada da inflação, via conflito distributivo. Em outras palavras, o pressuposto da inflação inercial de que cada agente econômico é capaz de manter sua participação relativa na renda não deve ser desrespeitada pelo dia D.

Quanto maior for a taxa de inflação, mais essas condições tendem a se ver cumpridas em uma economia. Nas hiperinflações clássicas, que sempre terminarem um dia ou em um mês, de golpe, essas condições existiam, Na Argentina, onde a taxa de inflação era sensivelmente inferior à das hiperinflações clássicas - embora já superasse 1000 por cento ao ano -, essas condições não estavam plenamente atendidas. Nessas circunstâncias, não havia outra alternativa para os responsáveis pela reforma monetária senão tentar estabelecê-las através de medidas de política econômica adicionais. Foi o que fizeram ou tentaram fazer.

Em primeiro lugar a inflação não era exclusivamente inercial, não obstante tivesse fundamentalmente esta característica. Não se podia falar em inflação de demanda, embora houvesse um déficit público a ser resolvido. A solução foi, durante os três meses de preparação da reforma, entre março e junho, elevar os preços dos serviços públicos e fazer um rigoroso corte, de 25 por cento em termos reais, na despesa pública.

Em segundo lugar, os preços relativos não estavam todos ajustados. Nas altas inflações os preços relativos tendem a ajustar-se, porque todos os agentes econômicos têm liberdade de reajustar com rapidez e liberdade seus próprios preços. Na Argentina, entretanto, entre outras distorções, o peso estava valorizado e o preço da carne estava subavaliado. Por isso foi realizada uma desvalorização real de 18 por cento durante a reforma e aumentou-se o preço da carne. O ideal teria sido fazer esses aumentos com alguma antecedência, de forma a permitir que os demais preços se acomodassem via mercado. Mas isto não foi possível, dada a premência de realizar a reforma.

Em relação à terceira condição, verificamos que as defasagens nos aumentos de preços já estavam bastante reduzidas. Os salários, ao contrário do que acontece no Brasil, já eram reajustados mensalmente e tendiam a passar para um regime quinzenal. As empresas aumentavam seus preços muitas vezes semanalmente. A escolha da metade do mês para o dia D foi essencial, porque, com reajustes mensais, nesta data os trabalhadores teriam assegurado seu salário médio real: no início do mês seriam beneficiados, no final prejudicados.

A quarta condição não estava atendida no que diz respeito a reservas internacionais. Mas a Argentina contou com o apoio do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos e, afinal, apesar das resistências de seus funcionários, com o apoio do Secretário Executivo do Fundo Monetário Internacional. Através de uma negociação política e técnica bem sucedida, diretamente com o presidente do FED, Paul Volcker, cujo apoio foi decisivo, o governo argentino conseguiu a garantia de que receberia empréstimos adicionais caso fossem necessários para sustentar a taxa fixa de câmbio. Afinal este recurso não foi necessário, já que não houve fuga mas entrada de dólares, atraídos pelos juros positivos. Todos os agentes econômicos, entretanto, sabiam que o acordo fôra feito e que a garantia de divisas existia.

A quinta condição estava plenamente atendida. O povo argentino, todas as classes sociais, todos os setores econômicos não suportavam mais a inflação. Por isso, quando a reforma foi anunciada, o apoio da população foi imediato. As donas de casa transformaram-se nas fiscalizadoras dos preços, já que só havia 27 fiscais. O austral mereceu imediata confiança. Os sindicatos de trabalhadores, a CGT, e os sindicatos patronais demoraram um pouco mais para aderir. Queriam ter sido consultados anteriormente, o que era impossível: uma reforma dessas deve ser feita dentro do mais absoluto segredo. Mas afinal aderiram também ao plano, dado o apoio da população. Em todo esse processo político, no qual a criação do novo dinheiro tem função importante, o papel de Alfonsín foi fundamental. Economistas do governo somados a economistas do partido justicialista, que há muito trabalhavam juntos na oposição ao governo militar, desenvolveram o plano, sob o comando do Ministro Juan Sorrouille, mas coube a Alfonsín a liderança política de todo o processo. Ele acreditou no plano desde que o primeiro esboço lhe foi apresentado, apressou sua execução, insistiu na necessidade imperiosa de que surgisse uma nova moeda com nome completamente diferente do desacreditado peso, e procurou sob todas as formas transferir a confiança que o povo argentino nele deposita para o austral.

Um dos problemas da reforma foi ter estabelecido uma taxa de juros real muito alta: 4 por cento ao mês para os depósitos a prazo. Esta taxa é incomparável a longo prazo com a retomada do crescimento e mesmo com a eliminação da inflação. Era, entretanto, necessário estabelecer uma taxa de juros alta para dar segurança ao sistema financeiro, garantindo os depósitos a vista e a prazo em austrais. Esta taxa de juros deverá agora ser paulatinamente baixada, à medida que a reforma se consolide.

Um mecanismo importante e inovativo foi a criação de uma tabela para conversão dos créditos (ou débitos) de pesos em austrais. Se alguém pagava com um prazo de um mês determinada conta, devia estar embutido no principal desse crédito (débito) um ágio de 30 por cento aproximadamente, que correspondia à inflação de um mês em pesos. Como o austral é estável, não há razão para o devedor pagar esse ágio. A tabela de conversão de pesos em austrais, definida para os 45 dias a partir de 15 de junho, vai reduzindo do peso em relação ao austral, de forma a garantir a quem pagava a prazo em pesos o desconto relativo à taxa de inflação embutida no contrato. Esse desconto permite que diversas contas sejam pagas por valor inferior ao valor nominal. Este fato, somado à queda de certos preços onde estava embutido um imposto inflacionário, explica o provável caráter negativo da inflação argentina em julho.

É preciso ficar claro que não há nenhum milagre na reforma monetária argentina. Seu bom êxito ainda não está definitivamente assegurado, mas é muito provável. Ocorreu porque a inflação argentina era basicamente inercial e porque as demais condições necessárias para uma reforma dessa natureza já estavam ou foram atendidas com competência. No final deverá restar um resíduo inflacionário, decorrente das eventuais distorções que o dia D terá provocado nos preços relativos. Entretanto, como essas distorções devem ser pequenas, o resíduo inflacionário também deverá ser pequeno. Para o segundo semestre de 1985 o Orçamento em vias de ser enviado ao Congresso prevê uma inflação de apenas 8 por cento.

É necessário continuar a seguir com grande atenção esta extraordinária experiência argentina, que para o Brasil poderia ser rica em ensinamentos. Muitas ainda serão as dificuldades a serem enfrentadas pela Argentina, primeiro para consolidar a reforma, depois para estabelecer uma estratégia de crescimento, que, por enquanto, foi corretamente adiada. O fracasso do plano poderá ocorrer não apenas por eventualmente, terem ficado alguns preços artificialmente rebaixados no dia D, mas também pela possível incapacidade de o Governo, nos próximos meses, definir uma política econômica no sentido da retomada do desenvolvimento. Se isto acontecer, as pressões por maiores salários, não encontrando escoadouro no aumento da produção e da produtividade, acabarão resultando em nova aceleração inflacionária.

No Brasil, como na Argentina, não há condições para combater a inflação através de um programa recessivo. O atual programa de administração parcial de preços é insustentável: provocará logo medidas de inflação corretiva. Medidas de desindexação gradual também não são efetivas. Qualquer choque de oferta ou de demanda anula todo o esforço de meses de restrição monetária ou de desindexação gradual. Por outro lado, as condições necessárias para um choque heterodoxo não estão presentes ainda. O principal obstáculo é a defasagem de seis meses nos reajustes salariais. Enquanto este problema não for resolvido, enquanto não se reduzir para um mês as defasagens nos aumentos

de salários, através de uma lei salarial que obrigue o reajustamento dos salários não pelo pico (100 por cento do INPC) mas pela média, não se poderá resolver o problema da inflação inercial brasileira.

REFERÊNCIAS

Bresser Pereira, Luiz C. e Yoshiaki Nakano, *Inflação e Recessão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Francisco L.Lopes, "Só um choque heterodoxo pode derrubar a inflação" *Economia em Perspectiva* (Conselho Regional de Economia de São Paulo), agosto 1984. Ver também Francisco L. Lopes, "Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas de conjuntura". *Revista de Economia Política* 5(2), abril 1985.

SARNEY DIANTE DA DÍVIDA EXTERNA

O pacto nacional proposto pelo presidente Sarney encontrou a resposta mais adequada e mais decisiva nos cinco pontos de um acordo nacional, através do qual os governadores de todos os estados brasileiros, a partir da iniciativa do Governador Montoro, deram apoio à proposta presidencial de reformas sociais e de uma política econômica independente. Fortalecido por esse apoio, o presidente Sarney reafirmou ontem sua decisão de negociar em termos firmes a dívida externa brasileira.

Há duas divergências básicas entre a posição do governo e a do FMI-credores. O Brasil entende que o ajustamento básico da economia brasileira já foi realizado, que o país já não gasta mais que produz: muito pelo contrário, produz muito mais do que gasta internamente, transferindo mais de US\$10 bilhões de dólares de recursos reais para o exterior. Além disso propõe-se neste ano a efetivamente zerar o déficit público operacional (necessidades de financiamento do setor público), adotando critérios de contabilização mais rigorosos e precisos do que os que foram adotados no ano passado. Nesse ano o Brasil já teria alcançado, segundo dados do governo anterior, um superávit de

0,2 por cento do PIB quando, na verdade, houve um déficit de 1,6 por cento do PIB segundo os novos critérios, que serão adotados para zerar o déficit público neste ano. Por essas razões o Brasil entende que tem o direito de crescer entre 5 e 6 por cento ao ano. FMI-credores ignoram o conceito de inflação inercial, entendem que a inflação é ainda um sinal de desajustamento, explicando-se por excesso de demanda traduzido em déficit público, e pretendem combatê-la através de mais recessão.

Em segundo lugar o Brasil entende que para crescer necessitará nos próximos anos de novos empréstimos de cerca de 4 a 5 bilhões de dólares - cifra que simplesmente manterá o valor real da dívida brasileira em dólares - , enquanto que FMI - credores querem limitar o aporte de dinheiro novo ao Brasil aos empréstimos dos bancos oficiais, correspondentes a um terço ou um quarto daquele valor.

Estas duas divergências básicas estarão na mesa de discussão quando o Brasil for negociar com o FMI - credores nos próximos meses. Alguns intérpretes apressados consideram a decisão brasileira de endurecer a negociação como uma proposta de "moratória" ou de "calote". Nada mais longe da posição brasileira. O que se pretende é garantir uma gestão responsável e independente da política econômica interna e uma taxa de crescimento mínima.

Na mesa de negociação FMI - credores têm duas armas: a ameaça de suspender o crédito interbancário, levando as agências dos bancos brasileiros no exterior à insolvência, e de cortar os créditos comerciais de curto prazo.

É pouco provável, entretanto, que essas ameaças se cumpram porque os bancos derivam receitas elevadas dessas operações e não têm interesse no confronto. O Brasil, por sua vez, deriva seu poder de barganha de um superávit comercial de 12 bilhões de dólares e de reservas de 8 bilhões. Este fato permite, como sabem muito bem os credores, que o Brasil capitalize unilateralmente uma porcentagem dos juros que serão pagos em 1985, caso suas reservas comecem a baixar.

Os credores acenam com um acordo plurianual de rolagem do principal, que pouco interessa ao Brasil, já que o principal está sendo automaticamente rolado desde 31 de dezembro de 1982. Acenam também com a possibilidade de o Brasil voltar ao mercado financeiro internacional, o que, obviamente, não é realista, e, de qualquer forma, não justifica a aceitação de políticas econômicas recessivas e equivocadas.

O ideal é que, afinal, haja um acordo, mas não há pressa para o mesmo. As perspectivas para este ano são de um balanço de pagamentos equilibrado, com a conta corrente praticamente zerada. Isto significa que para manter as reservas não serão estritamente necessários novos empréstimos. Por outro lado, como o país ainda conta com elevada capacidade ociosa, a alta taxa de juros

interna e a falta de novos empréstimos internacionais não deverão impedir o país de crescer de 5 por cento. A negociação soberana da dívida externa brasileira - sem dúvida o mais grave problema econômico que este país enfrenta - deverá ser realizada com firmeza mas sem pressa, e sempre fundamentada em um efetivo acordo nacional, cujo intérprete e representante deverá ser o Presidente da República. (*Folha de S.Paulo*, 23 de julho de 1985).

DEFINIÇÃO NECESSÁRIA DA POLÍTICA ECONÔMICA

O Ministro João Sayad vem, desde o início do governo, tentando definir uma política econômica coerente. Ainda no último fim-de-semana, quando recebeu uma homenagem dos empresários da indústria de construção civil, o ministro voltou a reafirmar algumas de suas principais idéias.

Em síntese, ele afirma que o principal objetivo da política econômica é garantir uma taxa anual de crescimento do PIB de 6 por cento para os próximos anos. Só assim será possível absorver minimamente os novos trabalhadores que chegam todos os anos ao mercado de trabalho. Por outro lado, a política econômica deverá dar prioridade ao social; as despesas do Estado deverão voltar-se mais para projetos de interesse social; a carga tributária deverá ser distribuída de forma mais justa. Em síntese, está superada a fase do desenvolvimento com concentração de renda: agora é possível crescer e distribuir.

Para atingir esses dois objetivos é fundamental baixar a taxa de juros, porque taxas reais elevadas (1) inviabilizam o investimento produtivo e (2) concentram a renda nas mãos dos rentistas.

Além disso, entretanto, a baixa da taxa de juros interna é essencial para que o país possa enfrentar três outros problemas fundamentais: (3) o déficit público, (4) a dívida interna e (5) a inflação. O déficit público operacional (aumento real do endividamento do setor público) é fundamentalmente um déficit financeiro: decorre dos elevados juros pagos interna e externamente - mas sempre contabilizados internamente - pelas empresas e órgãos do Estado. Por outro lado, a própria dívida pública poderá ser reduzida com a baixa da taxa de juros. Finalmente, um dos componentes da inflação inercial brasileira é o custo dos juros. A baixa da taxa de juros contribuirá para uma moderada

desaceleração da inflação sem trazer os inconvenientes do congelamento parcial de preços atualmente em vigor.

Esta política mínima de desenvolvimento, a prioridade para o social e a baixa da taxa de juros, que o Ministro Sayad e a grande maioria dos economistas ligados ao PMDB apóiam, têm como consequência transferir para o setor privado a responsabilidade pelo investimento produtivo, ficando para o Estado o investimento social e a condução da política econômica.

Com relação à dívida externa e ao FMI-credores, a idéia geral é a de evitar qualquer rompimento, mas, ao mesmo tempo, lembrar que se FMI-credores têm poder de barganha que deve ser respeitado, o Brasil também o tem. Sem dúvida não se deve transformar a dívida externa em um problema ideológico, como pretendem alguns radicais, mas também não há razão para aceitar todas as imposições do Fundo, muitas das quais partem de um conhecimento equivocado da realidade brasileira e do uso de teorias econômicas inadequadas para essa realidade.

Esta é uma síntese das idéias que o ministro João Sayad e os economistas mais responsáveis ligados ao PMDB vêm defendendo. Se as examinarmos com atenção, verificaremos que correspondem, basicamente, aos princípios estabelecidos pelo presidente José Sarney em pronunciamento pela televisão no último dia 22 de julho.

Cabe perguntar, então, por que essa política econômica não é implementada? Por que a indefinição de uma estratégia de política econômica vem, segundo a maioria dos analistas, atingindo níveis críticos?

O Brasil precisa de uma coordenação firme para sua política econômica. Ao Presidente cabe a definição das diretrizes gerais - que já foram dadas -, a um dos ministros deve caber a liderança da equipe econômica. E a definição de quem deve ser esse ministro também deve ser do Presidente. (*Folha de S.Paulo*, 30 de julho de 1985).

INFLAÇÃO E PRODUTIVIDADE

Quando um país enfrenta uma taxa de inflação de 10 a 15 por cento ao ano, como acontecia com os países desenvolvidos no final dos anos setenta, é possível pensar em uma solução gradual para o problema da inflação, porque o simples aumento da produtividade pode ser um instrumento fundamental para a baixa dos preços. Entretanto, quando a inflação é superior a duzentos por cento, como ocorre hoje no Brasil, aumentos anuais de produtividade de 2 a 3 por cento tornam-se irrelevantes, inviabilizando uma política gradualista de controle de preços.

É muito comum atribuir-se a uma política recessiva de restrição monetária e fiscal um êxito no combate à inflação que na verdade pertence ao aumento da produtividade. Em 1980 a inflação nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França era em média de 13,5 por cento: no Japão e na Alemanha Ocidental, 6,5 por cento. Em 1984 as porcentagens correspondentes haviam baixado para cerca de 5 por cento e 2,7 por cento. Como durante esse período esses países desenvolvidos adotam severas políticas restritivas - os Estados Unidos entre 1979 e 1982, os demais países durante todo o tempo, exceto a França em 1983 -, tornou-se lugar comum atribuir-se a essas medidas a redução da inflação.

Ora, o que as medidas monetárias e fiscais restritivas lograram foi principalmente neutralizar as pressões inflacionárias aceleradoras da inflação. Logrado este objetivo, foi provavelmente o aumento da produtividade - e no caso dos Estados Unidos, também a valorização do dólar, que barateou os produtos importados - o principal fator responsável pela redução da inflação.

Aumento de produtividade é sinônimo de redução de custos. Em uma economia competitiva, quando uma empresa aumenta sua produtividade, seus custos reduzem-se e, em conseqüência, ela baixa seus preços. Só as empresas oligopolistas não tendem a baixar seus preços na proporção do aumento da produtividade.

Nos últimos cinco anos a produtividade média - ou seja, a renda per capita - dos países desenvolvidos deve ter crescido mais de 10 por cento. Na medida em que a política econômica logrou impedir que as empresas e os sindicatos oligopolistas ou monopolistas conservassem para si esse aumento de produtividade, a taxa de inflação, apesar de seu caráter inercial, deveria baixar como efetivamente baixou.

A desinflação ocorrida pode também ser explicada pelas reduções de margens de lucro e de salários reais provocados pela recessão, mas quando vemos os ganhos percentuais no combate à inflação - inferiores a 10 por cento entre 1980 e 1984 - e os comparamos com o aumento da produtividade nesse

período, fica claro que o peso do aumento da produtividade foi muito maior. Os salários reais e os lucros foram mantidos, e mesmo assim baixaram os preços.

Nesses termos é claro que esse tipo de experiência tem pouco valor para países como o Brasil em que a inflação é superior a 200 por cento. Neste caso, uma redução da taxa de inflação de 10 por cento obtida graças ao aumento da produtividade pouco ou nada representa. Qualquer choque de oferta ou de demanda anula facilmente todos os ganhos duramente obtidos. Por isso é preciso encontrar formas alternativas de combater a inflação, e, enquanto isso, saber conviver com ela. (*Folha de S.Paulo, 13 de agosto de 1985*).

PRIVATIZAÇÃO: DÍVIDA E IDEOLOGIA

A ofensiva privatizante desencadeada pelos setores mais conservadores da sociedade desde que se instalou a Nova República não pode ser atribuída apenas a motivos ideológicos. É claro que esses motivos existem. Fazendo a crítica da estatização, a burguesia abre fogo mais uma vez contra sua antiga aliada do período autotoritário: a tecnoburocracia estatal. E pretende assim fazer com que a formação social brasileira deixe de ser definida como "capitalismo tecnoburocrático" para identificar-se com o "capitalismo liberal".

Ocorre que é impossível voltar ao capitalismo liberal do século XIX. A tecnoburocracia estatal e privada é uma nova classe que surgiu para ficar em todas as sociedades capitalistas. Tem o papel de assessora ou, mais precisamente, de sócia menor da classe dominante capitalista. Mas se é impossível eliminar a classe média assalariada ou tecnoburocrática e voltar ao capitalismo liberal, isto não significa que, na relação de conflito e de cooperação que existe entre as duas classes, o poder não possa pender mais para uma ou mais para outra. Em 1964, embora a burguesia se mantivesse dominante, o poder pendeu para a tecnoburocracia. Desde 1975, quando se inicia o processo

de redemocratização, o poder da tecnoburocracia começou a ser reduzido, em benefício da burguesia e também dos trabalhadores.

A tecnoburocracia estatal é freqüentemente confundida ou identificada com a esquerda ou com os progressistas. Há uma certa razão de ser para isto, na medida em que ainda existe uma esquerda tradicional - cujo protótipo são os comunistas - que acredita que o socialismo democrático, a democracia e a justiça social devem ser atingidos via estatização dos meios de produção. Através dessa tese procura-se aliar os trabalhadores à tecnoburocracia estatal. Há, entretanto, uma nova esquerda que recusa a estatização dos meios de produção, não aceita a figura do estado-empresário, muito menos a do estado subsidiador da acumulação privada, ao mesmo tempo que enfatiza a ação do estado regulador e do estado do bem estar social, distribuidor de renda.

Por outro lado, como vimos no Brasil a partir de 1964, não foi o setor de esquerda mas o conservador da tecnoburocracia que se aliou à burguesia e levou o estado brasileiro a assumir dois papéis fundamentais: o de estado-empresário e o de estado-subsidiador do setor privado.

A luta ideológica entre "privatistas" e "estatizantes" não é, portanto, principalmente - embora o seja subsidiária e equivocadamente - uma luta entre conservadores e esquerda, mas a luta direta entre burguesia e tecnoburocracia. Esta luta, entretanto, é entremeada e dominada pela cooperação ou a associação entre as duas classes, na medida em que a tecnoburocracia tende a reconhecer o caráter hegemônico da burguesia.

Por isso é necessário encontrar uma outra razão, além da ideológica, para uma campanha privatizante tão forte como aquela a que estamos assistindo no momento.

Tudo indica que na base dessa campanha está o alto grau de endividamento do estado brasileiro, em relação tanto ao setor privado nacional quanto internacional. Esse endividamento é tão grande, que leva a burguesia, de um lado, a temer a declaração de insolvência do estado, e de outro, a propor ou sugerir que essa dívida possa ser paga através da venda das empresas públicas para o setor privado.

É claro que nesse processo há um forte componente que é inconsciente. Ignácio Rangel, entretanto, já detectou há tempo o problema. Percebeu que há excesso de poupança ociosa no setor privado, apenas alimentando a especulação financeira, e carência de investimentos na área dos serviços públicos. O problema é saber como operacionalizar essa transferência, implicando em privatização de uma parte das empresas estatais, sem que isto se transforme em

mais um alto negócio para alguns especuladores, como aconteceu com a venda de debêntures conversíveis em ações da Vale do Rio Doce. (*Folha de S.Paulo*, 27 de agosto de 1985).

NEM MONETARISMO, NEM POPULISMO

A entrada dos empresários Dilson Funaro no Ministério da Fazenda e de Fernão Bracher na presidência do Banco Central deu afinal unidade à equipe econômica do governo.

Com essa escolha que fez, o Presidente Sarney assume definitivamente o comando político e econômico do país, abandonando a contradição interna herdada de Tancredo Neves.

Os setores mais conservadores da sociedade, que se identificam com os interesses do capital rentista e com a política monetarista, acusam antecipadamente o presidente Sarney e a nova equipe econômica de populistas, argumentam que ao invés de se reduzir a despesa pública, eliminar o déficit público e assim controlar a base monetária e a inflação, ainda que com o sacrifício do desenvolvimento, o governo pretenderia justificar a manutenção da despesa pública e conceder aumentos salariais, com o sacrifício do combate à inflação.

Esta visão é totalmente equivocada. A nova equipe econômica já deixou claro que seu objetivo é compatibilizar um firme combate à inflação com taxas moderadas de crescimento econômico.

Esta compatibilização é possível porque, de um lado, a economia já está equilibrada em termos externos (superávit comercial de 12 bilhões de dólares,) e, de outro, porque a inflação brasileira não é de demandas mas inercial e de custos, resultando diretamente da indexação formal e informal da economia, e apenas indiretamente do déficit público e do crescimento da quantidade de moeda, que funciona como fator sancionador de uma inflação já inercialmente em marcha.

Nessa linha de raciocínio, a inflação de 14 por cento em agosto, depois de quatro meses de taxas de inflação em torno de 8 por cento, não resulta de expansão monetária ou de déficit público, mas, conforme observou muito bem o

prof. Octávio Gouvea de Bulhões, do simples descongelamento dos preços, depois de um congelamento setorial ou parcial iniciado em abril.

Isto não significa, entretanto, que o déficit público operacional ainda existente não seja um grave problema. Embora esse déficit público não chegou a pressionar a demanda agregada, seja porque ocorre em uma economia ainda com desemprego e capacidade ociosa, seja porque os juros pagos pelo setor público, e portanto incluídos no cálculo do déficit, sejam superiores ao próprio déficit - não obstante o déficit público constitui um sério problema porque o setor público encontra-se fortemente endividado, e esse déficit só agrava um endividamento explosivo.

A urgência em combater o déficit público torna-se maior na medida em que ao contrário do que ocorria nos anos anteriores, o mesmo não pode ser mais financiado com endividamento externo, já que "dinheiro novo" implicaria ou em aumento de reservas e, em consequência, de aumento da base monetária, ou então em correspondente redução do superávit comercial externo.

Por isso está claro para a nova equipe econômica que o déficit público terá que ser gradual mas firme e imediatamente combatido via (1) redução das despesas, (2) redução de taxa de juros, (3) aumento da carga tributária e tarifas públicas. E além disso que os aumentos de salários reais deverão ser limitados ao aumento da produtividade. Só assim será possível estabelecer bases sólidas para o desenvolvimento brasileiro, em termos que não podem ser confundidos nem com a miopia monetarista nem com a irresponsabilidade populista. (*Folha de S.Paulo*, 3 de setembro de 1985).

DINHEIRO NOVO E DÉFICIT PÚBLICO

Para o Brasil, em 1985, não é essencial obter dinheiro novo dos bancos privados internacionais, caso deseje manter o nível de suas reservas internacionais. O superávit comercial previsto de 12 bilhões de dólares, os empréstimos oficiais de 2,4 e os investimentos diretos de aproximadamente 1 bilhão de dólares serão suficientes para manter as reservas brasileiras aproximadamente no nível atual de 8 bilhões de dólares. Entretanto, caso o Brasil obtivesse dinheiro novo, por exemplo 3 bilhões de dólares, de forma a manter em termos reais a sua dívida em dólares, a pressão que o Banco Central vem exercendo sobre o mercado financeiro devido à colocação de títulos e às

emissões de moeda poderia ser reduzida. Entre outros, Carlos Longo e Edmar Bacha vêm defendendo essa tese. O último observa, em adição, que a troca da dívida interna pela externa reduziria substancialmente os juros a serem pagos pelo setor público. Veremos neste artigo que a entrada de dinheiro novo em 1985 não seria uma panacéia, mas sua falta ajuda a explicar as dificuldades financeiras internas.

Neste ano, até julho, o governo já aumentou seu endividamento mobiliário em 87,2 trilhões de cruzeiros, representando um aumento real da dívida, em relação a dezembro de 1984, de 45 por cento. Por outro lado, já emitiu 8,8 trilhões de cruzeiros, de forma que o crescimento da base monetária, apesar de todos os esforços contabilistas das autoridades, aumentou nos últimos 12 meses 219 por cento contra uma inflação (IGP-DI) de 217,3 por cento no mesmo período.

Os economistas monetaristas culpam o Ministério do Planejamento e o Palácio por esse aumento do endividamento imobiliário e pela necessidade de emissões. Argumentam que se investimentos e despesas das estatais fossem cortados mais violentamente, reduzindo o déficit público de maneira mais efetiva, não seriam obrigados a pressionar tanto o endividamento e a base.

A lógica linear desse argumento, além de desconsiderar o peso da taxa de juros, apresenta uma outra dificuldade. Embora o cálculo do déficit público operacional tenha sofrido alterações "conceituais" de 1984 para 1985, com a inclusão de itens que não eram considerados no ano passado, dificultando assim a comparação, tudo indica que o déficit público no ano corrente vem sendo menor do que no ano passado. Como explicar, então, que o endividamento imobiliário aumente fortemente em termos reais e que a base monetária continue a crescer a uma taxa muito próxima da inflação? A base monetária acabou, em 1984, por crescer mais do que a inflação devido principalmente ao aumento de reservas, mas o endividamento público mobiliário cresceu muito menos em comparação com o que vem ocorrendo em 1985, apesar de o déficit público ter sido maior. Como se explica isto?

A explicação está na falta de dinheiro novo em 1985, comparado com o ano anterior. Enquanto em 1984 o Brasil recebeu 9.791 bilhões de dólares em dinheiro novo, considerados os bancos comerciais e os oficiais (Projeto 1), em 1985 receberá apenas cerca de 2,4 bilhões.

Caso o Brasil recebesse, por exemplo, mais 3 bilhões de dólares, e imaginando-se, para simplificar o raciocínio, que esse dinheiro destinar-se-ia integralmente ao setor público, uma primeira possibilidade seria a de que o endividamento externo substituiria o endividamento interno. A pressão sobre o mercado interno para a colocação de títulos seria cerca de 21 trilhões menor (taxa de câmbio média de 7 mil cruzeiros), possibilitando a baixa da taxa de juros interna. Neste caso, imaginando-se que as reservas aumentassem em três

bilhões de dólares, a base monetária aumentaria em um valor correspondente em cruzeiros. Caso o setor privado importasse os três bilhões adicionais, não haveria nem aumento de reservas nem de base. O "custo" desta medida seria, naturalmente, a redução do superávit comercial para 9 bilhões de dólares. Para quem coloca como objetivo fundamental pagar a dívida externa, essa redução é inaceitável. Se o objetivo, no entanto, for o de reduzir as transferências reais de recursos para o exterior, esta pode ser uma boa solução para reduzir a pressão do setor público sobre a poupança interna.

Uma segunda hipótese seria imaginar que o dinheiro novo transformado em cruzeiros não fosse destinado a substituir o endividamento interno, mas a substituir a emissão de moeda sem base em reservas com uma emissão correspondente aos 3 bilhões de dólares. Neste caso a base monetária não aumentaria em relação ao que ocorreria sem o dinheiro novo, embora as reservas aumentassem em 3 bilhões de dólares. E caso não houvesse aumento de reservas, haveria uma redução da base monetária em relação ao previsto para 1985 de aproximadamente 21 trilhões de cruzeiros.

Em síntese, a frustração das autoridades monetárias, que não conseguem controlar a base nem estabilizar em termos reais o endividamento mobiliário, não se deve principalmente ao déficit público, já que este é declinante, mas à falta de dinheiro novo. Os credores não estão interessados em fornecer novos empréstimos para o Brasil porque não há necessidade do ponto de vista do balanço de pagamento brasileiro e porque não querem aumentar seu risco com o Brasil.

Não se deve, entretanto, entender que dinheiro novo seja uma panacéia para a economia brasileira. O problema fundamental hoje enfrentado é a dívida externa e interna. Esta última vem crescendo excessivamente em 1985 em função de um déficit público que, embora decrescente e relativamente pequeno, não é compensado, ao contrário do que ocorreu nos anos anteriores, por dinheiro novo. Dada esta falta de dinheiro novo em 1985 torna-se mais clara a necessidade de eliminar o déficit público operacional ainda existente, de um lado reduzindo a taxa de juros, e de outro, cortando a despesa pública e, principalmente, aumentando a receita do setor público. O setor privado tem excesso de poupança e dedica-se à especulação financeira. É necessário encontrar formas para resolver esse problema, inclusive através da troca de créditos financeiros por propriedade de empresas estatais, mas principalmente através de uma reforma tributária e de medidas concretas para baixar os juros que oneram o setor público.

Alcançar gradualmente um equilíbrio e depois um superávit público, de um lado, e manter o superávit comercial - e portanto a transferência de recursos para o exterior - em níveis razoáveis, de outro, são portanto as duas estratégias básicas necessárias para a economia brasileira. O dinheiro novo não é essencial. Sua falta em 1985 ajuda a explicar o aumento do endividamento externo e

permite uma transferência excessiva de recursos reais para o exterior. Não seria, entretanto, através dele, e sim da redução gradual do déficit público que será possível controlar o endividamento mobiliário interno. (*Gazeta Mercantil*, 3/4 de setembro de 1985).

UMA PROPOSTA DE FÓRMULA SALARIAL

A fórmula de indexação salarial que vem sendo utilizada na prática no Brasil, com base na inflação passada, ou seja, em 100 por cento, é rigorosamente irracional. Inviabiliza qualquer política de controle da inflação, prejudica os trabalhadores quando a inflação se acelera e não os beneficia quando ela baixa (porque com essa fórmula é praticamente impossível fazê-la baixar).

Além de inviabilizar a desaceleração da inflação, a fórmula dos 100 por cento do INPC introduz um elemento de irracionalidade e de desinformação nas negociações entre os trabalhadores e as empresas. Como ninguém sabe qual é o número ou a fórmula que reconstitui o salário médio real dos últimos seis meses, os trabalhadores fazem demandas exageradas, confundindo a indexação de seus salários - que deveria reconstituir o salário médio real - com demandas de aumentos reais muito superiores ao aumento de produtividade, enquanto que as empresas respondem com aumentos muitas vezes inferiores à própria recomposição do salário médio real mais o aumento da produtividade. Há duas fórmulas que resolvem o problema da indexação salarial, ou seja, que garantem a recomposição do salário médio real. Uma é a baseada em metade da inflação passada e metade da inflação futura, na qual os intervalos de reajustes permanecem fixos: a outra é a escala móvel de salários, segundo a qual se faz automaticamente um reajuste sempre que a inflação alcança um determinado índice. A primeira foi adotada no Brasil entre 1965 e 1979. Desde que os erros de previsão sejam compensados nos reajustes seguintes, é uma boa fórmula. A segunda tem sido utilizada em países europeus.

Paulo Renato Souza propôs há algum tempo, na *Revista de Economia Política*, uma fórmula combinada, que considero ideal hoje para o Brasil, inclusive porque permitiria uma maior aproximação dos reajustes salariais, que passariam a ser quase mensais, sem, com isso, acelerar a inflação.

A fórmula é a seguinte: os salários serão reajustados, em uma primeira vez, em 50 por cento do INPC da "inflação de reajuste", e a partir dessa data,

toda vez que o INPC for igual ou maior que a inflação de reajuste. Entende-se por "inflação de reajuste" a taxa de inflação a partir da qual os salários serão automaticamente reajustados de acordo com a taxa de inflação verificada. Adotada essa fórmula, o salário médio real será rigorosamente mantido. Uma vez por ano será acrescido o ganho de produtividade, correspondente ao aumento da renda per capita do ano anterior.

Caso se estabelecesse em 10 por cento a inflação de reajuste, os reajustes seriam praticamente mensais, ao invés de trimestrais como querem os trabalhadores, sem que, com isso, houvesse qualquer aceleração inflacionária. Os trabalhadores teriam seus salários garantidos contra a inflação. A indexação salarial deixaria de ser fator acelerador para ser mero fator mantenedor da inflação. Finalmente, as atuais defasagens nos reajustes salariais, que inviabilizam a desindexação total da economia, desapareceriam.

É claro que com esta escala móvel dos salários não se pretende resolver a questão social. Os trabalhadores poderiam continuar a reivindicar aumentos de salários superiores à recomposição dos seus salários médios reais mais o aumento da produtividade. Mas se o obtiverem, deverá estar claro para todos que a consequência inevitável será ou a redução do lucro das empresas, ou a aceleração da inflação, ou uma combinação dos dois resultados.

Afirma-se que os trabalhadores não concordarão com o primeiro reajuste, igual a 50 por cento do INPC mais a metade da inflação de reajuste. Concordo que terão dificuldade de entender - e portanto em aceitar - a fórmula. O que é compreensível, porque os próprios responsáveis pela política salarial, ao nível do governo e das empresas, ainda não a compreenderam.

Mas, ou se adota a decisão política corajosa de alterar a atual fórmula irracional de reajustes salariais, ou teremos conflitos sociais cada vez mais graves, à medida que a inflação vá inexoravelmente se acelerando. (*Folha de S.Paulo*, 10 de setembro de 1985).

PACTO POLÍTICO AO INVÉS DE SOCIAL

A recente greve dos bancários - sem dúvida o primeiro movimento grevista bem sucedido, de âmbito nacional, que a história deste país registra - recolocou na ordem do dia o problema da celebração de um pacto social entre empresários e trabalhadores. Coube ao Presidente Sarney, depois de sua afirmativa intervenção na Assembléia das Nações Unidas, recolocar o problema.

Como era de se esperar, os trabalhadores voltaram a recusar um pacto social, enquanto os empresários o apóiam. Na verdade, Conclat e CUT aceitam um pacto social sob condições muito especiais que vão desde a decisão do governo de não pagar a dívida externa, fazer a reforma agrária e a reformatributária, editar uma lei de greve e uma lei de organização sindical mais democráticas, até o atendimento de reivindicações específicas que um pacto social viria exatamente evitar ou adiar, como a trimestralidade e a redução da jornada de trabalho para 40 horas.

Ora, aceitar um pacto social nessas condições é a mesma coisa que não aceitar. O ministro Almir Pazzianotto, que conhece melhor do que ninguém os trabalhadores, percebe que a idéia de um pacto social é inviável hoje no Brasil.

Duas vezes, anteriormente, os trabalhadores já recusaram um pacto social, primeiro quando proposto por Delfim Netto, em 1979, depois quando sugerido por Tancredo Neves, em 1984. Pacto social para os trabalhadores, dado o objetivo de combater a inflação, significa "arrocho salarial" ou, pelo menos, limitação em seu poder de reivindicar. Ninguém convencerá os trabalhadores brasileiros, portanto, a celebrar um pacto social, ainda que nada seja mais prioritário neste país, no plano econômico, do que evitar a aceleração inflacionária que a pressão dos trabalhadores por aumentos reais de salários está provocando.

Entretanto, se um pacto social - celebrado entre empresários e trabalhadores - não é viável no Brasil, um pacto político formal - celebrado entre os partidos políticos e com um escopo mais amplo - é possível. Também na Espanha foi proposto inicialmente um pacto social, recusado imediatamente pelos trabalhadores. O Pacto de Moncloa foi pacto político celebrado formalmente pelos partidos.

O Presidente Sarney, quando no início de seu governo propôs um pacto político - o Pacto Nacional - e não um pacto social, estava correto. Encontrou, entretanto, resistências e incompreensões sua a idéia, e não chegou a transformá-la em uma proposta concreta. O "acordo nacional" dos governadores, desencadeado pelo governador Franco Montoro, foi um passo nessa direção, mas ainda muito tímido.

Um pacto político é viável porque os trabalhadores estarão dispostos a limitar suas reivindicações salariais se puderem receber, em troca, vantagens indiretas objetivas. Essas vantagens podem estar diretamente relacionadas com sua atividade, como a lei de greve e a autonomia sindical, ou podem garantir salários indiretos, via reforma tributária que aumente a carga tributária e permita a reorientação dos gastos para o setor social.

É inútil, entretanto, falar em pacto social ou em pacto político se ninguém quer ceder nada. Se a redemocratização só criou aspirações ou demandas e nenhum sentido de dever social. Se se continua a recusar, por exemplo, uma reforma tributária que efetivamente aumente os impostos do mais ricos, quando o déficit público volta a crescer ao mesmo tempo que a carga tributária líquida vem reduzindo-se em termos reais de forma dramática devido a uma inflação que só tende a acelerar-se enquanto um acordo nacional não lhe puser limites. (*Folha de S.Paulo*, 1 de outubro de 1985).

A AGENDA DE UM PACTO NECESSÁRIO

Quando o Presidente Sarney propõe à sociedade brasileira um pacto social ele está, com outras palavras, retomando sua proposta de um "acordo nacional" ou de um pacto político nacional. Por isso não se deve entender esse pacto como um simples acordo entre sindicatos de trabalhadores e de empresários, com a intermediação do governo, para decidir questões de preços e de salários. Inclusive porque um pacto dessa natureza - um pacto social estrito senso - é inaceitável para os trabalhadores. Eles já deixaram claro que consideram mera tentativa de "arrocho salarial" um acordo que tenha como objetivo principal evitar a aceleração inflacionária e, como pauta, salários e preços.

Não obstante, o Presidente Sarney tem razão em se preocupar com a aceleração da inflação. Essa aceleração está em curso e hoje deriva, principalmente, da força das reivindicações salariais liberadas pela redemocratização recente. Os trabalhadores estão demandando e em parte obtendo aumentos reais de salários claramente superiores ao aumento da produtividade. E quando isto ocorre, ou os empresários reduzem compensatoriamente os seus lucros e os rentistas seus juros e aluguéis, ou teremos inescapavelmente a aceleração da inflação, a mudança do seu patamar.

Ora, a redução da taxa de juros é uma aspiração nacional, já que seu nível elevado é um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à justiça social. Mas o mesmo não pode ser dito da taxa de lucro dos empresários produtivos, a não ser quando se tratam de lucros extraordinários derivados do poder monopolista ou oligopolista.

A prioridade política fundamental hoje no Brasil é a consolidação de sua débil democracia. É a sua construção com um sólido conteúdo popular, nos quadros de uma formação social dominante capitalista, como é a brasileira. Para alcançar esse objetivo duas batalhas estão sendo travadas hoje, no segundo semestre de 1985: as eleições municipais nas capitais, cujo palco principal é a cidade de São Paulo é a batalha contra a inflação, cuja aceleração ou estabilização depende das relações capital-trabalho.

No caso da batalha eleitoral há razões para otimismo. Segundo a última pesquisa da Folha os candidatos do PMDB - o partido que serve de base de sustentação do pacto democrático popular brasileiro -. estão em ascensão. Em São Paulo a vitória de Fernando Henrique ainda não está assegurada, mas o apoio da sociedade civil e as qualidades pessoais do candidato, que, aos poucos, vão sendo conhecidas pelo eleitorado, apontam claramente para sua vitória.

Em relação à política contra a inflação, entretanto, há menos razão para otimismo. As pressões inflacionárias são hoje muito fortes. Por isso o Presidente insiste em um pacto social ou em um pacto político que ajude a evitar a aceleração inflacionária.

Os trabalhadores só aceitarão participar de um pacto social que limite suas reivindicações salariais se a agenda de discussão foi ampliada, de forma a se discutir, conjuntamente, a reforma agrária, a reforma tributária, a autonomia sindical, o direito de greve, a orientação social dos gastos públicos e a dívida externa, não obstante esses problemas já estejam sendo tratados pelo governo. Esta ampliação da agenda implicará necessariamente na participação dos partidos políticos, transformando o pacto social em um pacto político - um pacto que não pode esperar as decisões da Constituinte, que só começarão a ocorrer daqui a dezessete meses. (*Folha de S.Paulo*, 8 de outubro de 1985).

CALMARIA ECONÔMICA E DÉFICIT PÚBLICO

Desde o momento em que Dilson Funaro e Fernão Bracher assumiram respectivamente o Ministério da Fazenda e a presidência do Banco Central, o nervosismo e a insegurança que caracterizavam os meios econômicos e financeiros foram substituídos por uma súbita calma.

Ainda que o déficit público continue a aumentar de forma preocupante, exigindo novos cortes de despesa e uma reforma tributária que aumente a capacidade de arrecadação do Estado, não é sobre os problemas negativos da economia que estão agora se concentrando as atenções, e sim sobre os positivos.

A economia deverá crescer em 1985 de 7 por cento: a indústria paulista, entre 8 e 9 por cento. A inflação, depois do auge de agosto, quando alcançou 14 por cento, baixou para 9,1 por cento em setembro, as perspectivas para outubro são otimistas. A taxa de juros real, depois que a nova diretoria assumiu o Banco Central, caiu cerca de 5 por cento, comprovando a tese dos economistas do PMDB, defendida insistentemente por João Sayad, que essa taxa vinha sendo mantida artificialmente alta.

No plano externo foi alcançado um superávit comercial recorde em setembro, confirmando o enorme potencial competitivo da economia brasileira. Por outro lado, o Presidente e o Ministro da Fazenda mudaram claramente a natureza do relacionamento do Brasil com o FMI. O país está interessado em um acordo, mas não aceita nem recessão - a taxa mínima de crescimento é 5 por cento - nem redução das reservas internacionais do país. O Brasil negocia com o FMI, ao invés de submeter-se a ele. E negocia consciente de seu poder de barganha hoje aumentado, seja em termos morais, porque planos de estabilização ditados pelo FMI como o mexicano falharam, seja em termos reais, porque o Brasil dispõe de um superávit comercial superior a 12 bilhões de dólares e reservas internacionais superiores a 8 bilhões de dólares.

Essa calma, que decorre também da integração da equipe econômica, não deve, entretanto, nos enganar. Nem o problema da inflação nem o problema de um crescimento sustentado estão resolvidos, especialmente porque, apesar de ter sido reduzida, a taxa de juros real continua elevada.

Só um fator pode explicar que a inflação, no final de 1985, não volte ao patamar de 12 por cento do início do ano: o aumento do PIB, e portanto das vendas, que leva ao aumento da produtividade ou, mais precisamente, à redução dos custos fixos unitários. Mas esse crescimento do PIB está ocorrendo em função principalmente do aumento dos salários reais - e portanto da demanda de bens de consumo - e não em função do aumento das exportações, como ocorreu em 1984, ou do aumento dos investimentos, como seria saudável para a economia.

Os investimentos não ganham impulso, apesar do crescimento da economia porque a taxa de juros está ainda muito elevada. Ora, o aumento da demanda não acompanhado pela aceleração dos investimentos está levando a indústria a chegar cedo demais ao nível de plena capacidade (entre 80 e 84 por cento segundo dados da FIESP).

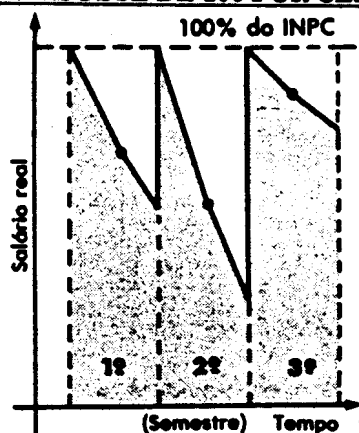
Em conseqüência, logo estaremos somando às pressões inflacionárias de custo, causadas pelos aumentos salariais, pressões de demanda que fatalmente elevarão o patamar de inflação.

Para baixar mais os juros, entretanto, e estimular o aumento da capacidade produtiva, não resta agora outra alternativa senão diminuir o déficit público. Está claro, por outro lado, que é possível diminuí-lo gradualmente sem prejuízo para um crescimento moderado da economia, desde que ao corte de despesas se some um aumento da carga tributária sobre os setores mais ricos da população. Este é o desafio econômico e político maior que hoje enfrenta o Brasil. (*Folha de S.Paulo*, 16 de outubro de 1985).

ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS

A fórmula de reajuste salarial que hoje vem sendo usada no Brasil, com base na inflação passada, é incorreta como sistema de indexação, porque não garante o salário médio real, e perversa do ponto de vista da inflação, porque impede sua desaceleração. Ao se assegurar um reajuste salarial igual a 100 por cento da variação do índice nacional de custo de vida (INPC), a impressão inicial - a aparência - é de que se está garantindo o poder aquisitivo do trabalhador através da reconstituição, ao nível do pico, do seu salário real anterior. Na verdade, como a inflação vai continuar, o pico salarial real correspondente ao primeiro mês do reajuste passará imediatamente a perder valor. E no final do período - aplicada a fórmula de indexação salarial de acordo com 100 por cento da inflação passada - o salário médio real será igual ao do período anterior apenas no caso eventual de a inflação permanecer constante. Caso se acelere a inflação, o salário médio real reduzirá-se; e caso a inflação sofresse uma desaceleração, o salário médio real aumentaria. Coloco a última hipótese no condicional porque dificilmente ela ocorrerá, já que as empresas, na defesa legítima de seus lucros, procurarão evitar o aumento do salário médio real acima do aumento da produtividade, não permitindo que os preços caiam.

GRÁFICO 1: REAJUSTE DE 100 POR CENTO DO INPC



O gráfico 1, em que os salários são reajustados pelo pico ou por 100 por cento da inflação passada, ilustra a variação do salário médio real decorrente desse tipo de indexação.

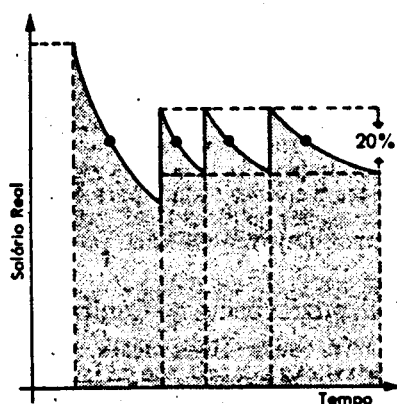
Na vertical temos o salário real, que vai se reduzindo durante o transcorrer do período até que o pico de salário real seja reconstituído de 100 por cento do INPC. Quanto mais inclinada a curva, maior a taxa de inflação. No gráfico 1 a taxa de inflação no segundo semestre é maior do que o primeiro, e no terceiro, menor. O salário médio real - representado no gráfico pelo ponto intermédio em cada curva - varia amplamente, dependendo da taxa de inflação. É claro que o exemplo do gráfico 1 é meramente teórico, visando demonstrar a incorreção da fórmula de indexação de acordo com a inflação passada, porque não mantém o salário médio real, ou seja, o poder aquisitivo dos trabalhadores.

A indexação é correta porque reconstitui o salário médio real e porque é compatível com a desaceleração gradual da inflação é aquela que se baseia na inflação futura. Temos duas fórmulas alternativas que levam a esse resultado: a primeira, que já foi utilizada no Brasil entre 1965 e 1979, reconstitui o salário médio real do período anterior e acrescenta mais a metade da inflação futura prevista (o "resíduo" inflacionário). Os períodos de reajuste são mantidos fixos.

A segunda fórmula, que pode ser chamada de "escala móvel de salários", toma como o ponto de partida o pico de salário real anterior e estabelece uma "inflação de reajuste", a partir da qual os salários serão automaticamente reajustados, que deverá ser igual à inflação do período anterior para que se possa manter o salário médio real naterior. Alternativamente a escala móvel pode partir da reconstituição do salário médio real do período anterior e acrescentar a esse valor a metade da "inflação de reajuste", definida em termos de uma determinada porcentagem -20 por cento por exemplo - que pode ser

inferior à taxa de inflação do período anterior sem que isto implique em aumento do salário médio real no primeiro reajuste, não obstante haja inicialmente uma redução dos intervalos entre cada reajuste.

GRÁFICO 2: ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS



No gráfico 2 apresentamos a segunda alternativa de escala móvel, baseada na reconstituição do salário médio real anterior mais metade da inflação de reajuste. Nesse exemplo a inflação vai se reduzindo. Em consequência os períodos de reajuste vão se alongando, depois de uma redução inicial no intervalo de reajuste. Caso a inflação voltasse a se acelerar, os reajustes voltariam também a ser mais freqüentes. O importante a assinalar é a estabilidade do salário médio real representado pelos pontos intermédios nas curvas de inflação.

O mesmo resultado seria alcançado pela fórmula baseada na metade da inflação passada - metade da inflação futura com períodos fixos de reajustes desde que a inflação futura fosse corretamente prevista. No caso da escala móvel não é necessário prever a inflação, porque o mecanismo automático que garante o salário médio real é a variação do intervalo de reajuste.

A escala móvel de salários, na proposta que fizemos (*Folha*, 10/9/85) e que é aproximadamente ilustrada no Gráfico 2, começa com um pico equivalente à reconstituição do salário médio real mais 10 por cento, porque estabelece uma "inflação de reajuste" de 20 por cento. Poderíamos também começar com a primeira alternativa de escala móvel, partindo do pico anterior de salário real (100 por cento do INPC), mas nesse caso, para manter o salário médio real, seria necessário definir uma inflação de reajuste igual à inflação do semestre anterior (70 por cento no caso atual, dado o INPC de abril a setembro de 1985). Ao propormos uma inflação de reajuste de apenas 20 por cento o objetivo é reduzir inicialmente os intervalos de reajustes para facilitar, no futuro, a adoção

de um choque heterodoxo ou uma política heróica de combate de inflação do tipo argentino, caso afinal não se consiga reduzir gradualmente a inflação. Para alcançar esse objetivo de redução do intervalo inicial de reajuste sem elevar o salário médio real é preciso abandonar o pico de 100 por cento do INPC e tomar como ponto de partida o salário médio real anterior mais a metade da inflação de reajuste.

É preciso observar que a escala móvel garante uma manutenção aproximada ao invés de uma perfeita manutenção do salário médio real porque os reajustes salariais devem ser feitos no início de um determinado mês, não podendo, por motivos operacionais, serem feitos precisamente no dia em que a inflação alcança o limite da inflação de reajuste.

Com esses esclarecimentos podemos agora comparar, em termos de salário médio real, a fórmula atual de semestralidade (1) com a proposta que fizemos (Escala Móvel I), (2) com a proposta de trimestralidade dos trabalhadores (100 por cento do INPC no trimestre) e (3) com a proposta de Maria Conceição Tavares de escala móvel de salários, com inflação de reajuste de 30 por cento, partindo-se de 100 por cento do INPC (escala Móvel II).

Para calcular o salário médio real do semestre anterior admitimos, como hipótese, que no meio do semestre os trabalhadores receberam uma antecipação trimestral média correspondente a 50 por cento do INPC. Essa é uma hipótese realista, considerando-se os acordos salariais do último ano. Partindo-se de um salário real no pico de índice 100, e dada uma taxa de inflação média mensal de 9,1 por cento entre abril e setembro de 1985, o salário médio real desse período foi de 82,7. A Tabela 1 apresenta o cálculo do salário médio real no semestre seguinte, considerada uma inflação mensal de 10 por cento ou de 12 por cento, em quatro alternativas: fórmula atual (semestralidade com 50 por cento de antecipação trimestral), trimestralidade, Escala Móvel I e Escala Móvel II.

TABELA 1: CÁLCULO DO SALÁRIO MÉDIO REAL

	INPC 10% a.m.	INPC 13% a.m.
Semestral c/50%	81,6	78,7
Trimestral	87,0	84,8
Escala móvel A	82,8	81,4
Escala móvel B	87,0	84,8

A fórmula de Maria da Conceição Tavares (Escala II) corresponde à trimestralidade, já que as duas taxas de inflação previstas no exemplo para o trimestre são superiores aos 30 por cento. É mais vantajoso para os

trabalhadores do que a Escala Móvel I, já que, no caso da inflação futura de 10 por cento ao mês, assegura-lhes um aumento real inicial de salários de 5 por cento, enquanto a fórmula por mim proposta mantém o salário médio real estável, ao nível de 82,8 (muito próximo do salário médio real do semestre anterior de 82,7 por cento).

A Escala Móvel I é teoricamente mais correta, já que não contém aumento real de salários embutido no primeiro reajuste. Aumentos reais podem - e devem ser - feitos sempre que houver aumento e produtividade da economia, - mas separadamente da fórmula de indexação.

Entendo, entretanto, que a fórmula proposta por Maria Conceição Tavares é politicamente melhor porque de mais fácil compreensão para os trabalhadores, sem, afinal, representar um aumento real de salários excessivos, já que, para o setor privado, 5 por cento é um aumento real médio que pode ser suportado, dado o aumento da produtividade, sem risco de pressões inflacionárias maiores.

A grande vantagem para os trabalhadores da escala móvel de salários sobre trimestralidade está no fato de ficarem garantidos contra eventuais acelerações da inflação. Se elas ocorrerem os reajustes passarão a ser bimensais e afinal mensais, mantendo-se seu salário médio real. É claro que, em contrapartida, perdem as vantagens de uma eventual redução da taxa de inflação, mas já vimos que essa é uma eventualidade muito pouco provável enquanto for mantida a fórmula de indexação dos salários de acordo com a inflação passada.

A grande vantagem para a sociedade da escala móvel está no fato de que com ela torna possível, embora não assegure, a redução gradual da inflação, na medida em que se baseia na inflação futura. Reduzindo-se gradualmente a inflação, os intervalos de reajustes irão se espaçando, sem alterar o salário médio real. (*Folha de S.Paulo*, 18 de outubro de 1985).

ANTES DA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

A ação enérgica do Banco Central determinando a liquidação de três bancos, entre os quais o Comind e o Auxiliar, saneou o sistema financeiro nacional. Esses bancos já não existem mais, porque haviam perdido a confiança do público. Viviam artificialmente graças à assistência de liquidez do Banco Central. A operação cirúrgica realizada era inevitável.

Os credores dos bancos são naturalmente os prejudicados. Entre eles temos os credores estrangeiros de operações 63. O governo já revelou sua inclinação para não pagar, mas não tomou uma decisão definitiva ainda. No passado o governo sempre se responsabilizou pelas operações 63 dos bancos quitados, com o argumento de que assim preservava-se o crédito externo do Brasil. Desde 1982, entretanto, esse crédito foi suspenso, de forma que não há razão para privilegiar os credores estrangeiros, que fizeram suas aplicações livremente, assumiram o risco, e devem agora arcar com os prejuízos.

Mas e a eventual retaliação dos bancos credores? Eles não podem suspender os 6 bilhões de dólares emprestados dos interbancários, que sustentam, as agências brasileiras no exterior? E não podem fazer o mesmo com os 10 bilhões de dólares de empréstimos comerciais que financiam nossas exportações?.

Sem dúvida podem, já que o problema da dívida externa brasileira desde de 1982 deixou de ser um problema de mercado, de oferta e procura, para ser um problema de poder - de negociações através das quais as partes administram uma dívida que não pode ser paga imediatamente. Mas se os credores têm poder de retaliação o Brasil também o possui. Podemos a qualquer instante capitalizar parcial ou totalmente os juros que estão sendo regularmente pagos.

O governo brasileiro se prepara para renegociar a dívida brasileira, e nessa negociação as autoridades brasileiras precisam partir de uma posição de força que não pode se basear apenas em 9 bilhões de dólares de reservas ou em mais de 12 bilhões de dólares de superávit comercial. Deve basear-se também em uma atitude pessoal de independência, de consciência dos interesses nacionais. Nas primeiras visitas ao exterior do novo Ministro da Fazenda e do novo Presidente do Banco Central essa atitude prevaleceu claramente. Agora ela volta a prevalecer na intenção de não se pagarem as operações 63.

Nas negociações que se aproximam o Brasil terá alguns pontos fracos. O crescimento econômico de quase 8 por cento que se prevê para este ano se deve a um aumento de cerca de 14 por cento dos salários médios reais ao invés de se dever aumento de exportações ou à aceleração dos investimentos. O déficit público, operacional, que vinha se reduzindo, tendo alcançado cerca de 2 por

cento do PIB em 1984 (os números exatos são um mistério, já que o governo, ao invés de informá-los erroneamente, como fazia o governo anterior, ainda não publicou os números revisados), deverá ser claramente maior em 1985. Conforme provavelmente veremos aumentar os preços este mês, não houve redução efetiva do patamar de inflação, que continua no mesmo nível - próximo a 12 por cento ao mês - deixado pelo governo anterior.

É certo que o pacote de medidas fiscais que está prestes a ser enviado para o Congresso ajudará a reduzir o déficit público no próximo ano. Mas está claro que é necessário, adicionalmente, aumentar os preços das empresas públicas, apesar dos efeitos inflacionários daí decorrentes, e cortar mais fundo as despesas do setor público.

Medidas dessa natureza não são concessões ao FMI ou aos credores. São medidas necessárias para garantir o ajustamento da economia brasileira. Esta está ajustada externamente, em termos de fluxo, dado o superávit comercial, mas continua desajustada internamente, dado o déficit público operacional. Reduzi-lo é hoje prioritário, principalmente para se poder baixar a taxa de juros e assim lograr a necessária retomada dos investimentos. Já o combate à inflação inercial é outro problema. Ou continuamos a conviver com uma inflação de 250 por cento, ou temos que pensar em uma reforma monetária para debelá-la de vez. (*Folha de Folha de S.Paulo*, 26 de novembro de 1985).

PACOTE FISCAL SEM MILAGRE

O pacote fiscal aprovado pela Congresso na última semana não permitirá eliminar o déficit público mas deverá ser o marco de uma progressiva redução desse déficit: não resolve o problema da inflação, mas contribui para que se evite uma nova aceleração inflacionária: não garantirá uma queda substancial da taxa de juros, mas permitirá uma nova redução dessa taxa; não permitirá que a opção social da política econômica do governo assuma um caráter radical, mas possibilitará que seus gastos sociais aumentem, significativamente em termos reais: não estabelece a justiça fiscal neste país, mas assegura ao sistema tributário um caráter mais progressivo.

Com este pacote fiscal a política econômica da Nova República começa de fato. Está no rumo certo, na medida em que se procura reequilibrar as finanças

públicas através principalmente do aumento da carga fiscal - que no Brasil é muito baixa - e secundariamente da redução das despesas públicas, já que o campo de manobra nesta área é limitado.

Sem dúvida é possível reduzir a despesa pública, mas apenas marginalmente. A despesa corrente, de custeio, só poderia ser reduzida com dispensas em massa de pessoal, que não justificam: poderão ocorrer demissões setoriais e a redução de mordomias, mas o efeito dessas medidas necessárias sobre as finanças públicas é pequeno. Já a redução dos investimentos públicos poderia ser mais significativa, mas implicaria em criar pontos de estrangulamento em setores-chave da economia: na siderurgia, na exploração de petróleo, na produção de energia elétrica, no transporte. Haveria ainda a alternativa de uma redução dos gastos sociais do governo, mas em um país como o Brasil onde a miséria e a fome estão diretamente relacionados com a omissão do Estado, tal tipo de "economia" seria um escândalo.

Para reduzir o desequilíbrio fiscal do Estado é necessário portanto, além de lograr a baixa da taxa de juros - já que o déficit fiscal é constituído essencialmente de juros - , aumentar a tributação - e aumentá-la progressivamente. Foi o que foi feito, penalizando-se as rendas mais altas, os lucros no mercado financeiro e os ganhos de capital.

Além disso, entretanto, era necessário defender as receitas do Estado contra a erosão inflacionária. Em todos os processos hiperinflacionários que se conhece, o déficit público tende a aumentar como consequência da inflação, à medida que esta se acelera, devido à existência de um espaço de tempo entre o fato gerador do imposto e o aumento de seu pagamento. À medida que aumenta a inflação, dado esse intervalo, reduz-se a carga tributária real. Por isso o governo procurou mudar a cobrança do imposto de renda para bases correntes. Por isso as empresas deverão fazer declarações de renda semestrais.

Em síntese, existe agora uma política econômica coerente por parte do governo - coerente internamente e coerente com a análise que os economistas da oposição vinham fazendo nos últimos anos do regime autoritário. Essa política não fará milagres, mas mostra que o processo gradual de ajustamento da economia brasileira foi retomado. (*Folha de S.Paulo*, 10 de dezembro de 1985).

EXPANSÃO EM 1985, PROBLEMAS PARA 1986

O ciclo expansivo da economia brasileira iniciado em 1984 prosseguiu em 1985, revelando que o folego da expansão era bem maior do que se esperava. O crescimento provável para este ano do PIB - cerca de 7,5 surpreendeu a todos, inclusive a equipe econômica do governo. No início do ano o grande objetivo, que se considerava difícil de ser atingido, era um crescimento de 5 a 6 por cento.

Esta expansão está baseada, de um lado, no ajuste externo da economia brasileira, expresso por um superávit comercial de cerca de 12,5 bilhões de dólares em dois anos consecutivos, e de outro na política econômica - salarial e fiscal - expansiva, tornada possível em função da independência em relação ao FMI e aos credores externos propiciada pelo superávit comercial. O caráter expansivo da política fiscal pode ser expresso no aumento do déficit operacional, que cresceu de cerca de 2 para 3 por cento do PIB. Em nome do combate à inflação o déficit foi consideravelmente aumentado. Em relação à política salarial não se pode falar, precisamente, em seu caráter expansivo. O que houve foi a incapacidade do setor público e do setor privado de resistir às justas pressões por maiores salários, estimuladas pela redemocratização da economia. Em consequência, o fator motor da expansão em 1985, foi o aumento da taxa de salários - cerca de 15 por cento em termos reais - e o decorrente aumento do consumo, ao invés do aumento das exportações, como ocorreu em 1985. Os investimentos também começaram a se acelerar, mas coube à utilização de capacidade ociosa viabilizar a expansão. No final de 1985 o grande problema estrutural de economia brasileira continua a ser o estoque de dívida externa: mas, em termos de fluxo (e não consideradas as amortizações), este problema está por enquanto equacionado graças aos superávits comerciais. O setor público, por sua parte, continua desequilibrado - dado o déficit público operacional, inclusive em termos de fluxo. O recente pacote fiscal aumentando a carga tributária é a primeira tentativa importante do governo Sarney de equacionar o problema. Neste final de ano todas as preocupações voltanaturalmente para a inflação. Conforme era previsível, o patamar de 12 por cento ao mês (300 por cento ao ano) deixado pelo governo anterior (ver a inflação de dezembro de 1984 a março de 1985), foi restabelecido em um nível um pouco mais elevado no final de 1985, após os quatro meses de congelamento setorial de preços. Os fatores aceleradores - (1) elevação de salários reais, (2) pressões de demanda neste final de ano, dado o relativo esgotamento da capacidade ociosa e (3) pressões dos preços agrícolas - foram compensados com a redução dos custos fixos possibilitada pela expansão das vendas e pela recuperação apenas parcial dos preços dos serviços públicos congelados, especialmente do petróleo. Não obstante, o novo patamar da inflação deve estar próximo aos 13 por cento ao mês, com risco de aumento devido à conseqüente quebra da produção agrícola no sul do País.

Diante das novas pressões inflacionárias, o problema que atrairá todas as atenções no início de 1986 será a inflação. A principal política de curto prazo do governo será controlar os preços agrícolas através de importações, mas medidas nessa área serão paliativas. Não haverá explosão inflacionária em 1986, mas o patamar de inflação continuará elevando. Os gastos do governo, por sua vez, deverão sofrer novos cortes, para evitar que a expansão da economia reduza a capacidade exportadora do país e aumente suas importações, colocando-nos novamente na dependência dos credores externos. Entretanto, embora se consiga a redução do déficit público, uma diminuição do superávit comercial em 1986 será inevitável, devido inclusive à necessidade de importações agrícolas. (*Folha de S.Paulo*, 24 de dezembro de 1985).

PRÉ-REQUISITOS PARA A REFORMA MONETÁRIA

Nas últimas semanas os boatos sobre um possível choque heterodoxo somaram-se à percepção de que o patamar de inflação havia se elevado. O resultado foi uma generalizada sensação de intranquilidade e uma perda de confiança na estabilidade do sistema de preços, que dificulta ainda mais a tarefa do governo de tentar controlar a inflação.

Não há razão para toda essa preocupação com um choque heterodoxo - ou seja, o congelamento total de preços, salários e taxa de câmbio em um dia D -, primeiro porque ele não deverá ocorrer em um futuro próximo, e, segundo, porque, quando ocorrer, não trará maiores prejuízos para ninguém.

No livro *Inflação e Recessão*, que escrevi antes que o congelamento geral fosse batizado de choque heterodoxo, denominei essa estratégia de "política heróica de combate à inflação". Heróica porque radical, heróica porque envolve alguns riscos para a economia e muitos para seus autores, que poderão perder seus cargos caso ela não logre eliminar a inflação. Não se deve, entretanto, exagerar esses riscos, porque, quando não dá certo, como ocorreu em Israel na primeira tentativa, pode-se tentar uma segunda vez, como está ocorrendo agora. E o mais provável é que dê certo, como aconteceu com o Plano Austral, na Argentina.

Para ser bem sucedida uma reforma monetária desse tipo, entretanto, são necessários certos pré-requisitos que ainda não existem no Brasil. Por isso é um equívoco ficar aguardando o congelamento para breve. Não basta que a

inflação tenha um forte componente autônomo ou inercial, decorrente da indexação formal e informal da economia. É preciso que os preços relativos estejam ajustados e é preciso, principalmente, que os reajustes de preços estejam razoavelmente sincronizados. É necessário também que o déficit público seja suficientemente pequeno para que possa ser definitivamente colocado sob controle no momento do choque. É fundamental, finalmente, que haja uma profunda indignação contra a inflação.

O equilíbrio dos preços relativos e a sincronização dos ajustamentos de preços são essenciais para que, no dia D, ninguém perca nem ganhe com o congelamento. E é exatamente por isso que, quando ocorrer o choque, este não trará maiores prejuízos para ninguém. Caso houver grandes beneficiados e grandes prejudicados, a reforma monetária fracassará, porque os perdedores não descansarão enquanto não aumentarem seus preços.

O grande problema para a reforma no Brasil é a falta de sincronização dos ajustes salariais. Existem propostas de tabela de conversão, para, no dia D, transformar todos os salários na nova moeda: e existe a idéia de deixar os salários na moeda antiga até o dia do próximo reajuste. Mas sempre é necessária a conversão, de acordo com uma regra complicada, de difícil compreensão, para os trabalhadores. Na Argentina os salários eram reajustados mensalmente. Por isso foi possível fazer o congelamento em um dia 15, quando o salário nominal era igual ao salário médio real. No Brasil será necessário primeiro resolver este problema, para depois pensar-se no choque heterodoxo. Enquanto isso não resta outra alternativa para o governo senão procurar controlar a inflação através de política administrativa de controle de preços e rendas.

Porque, além da falta de sincronização dos reajustes de salários, o outro requisito inexistente na economia brasileira para uma reforma monetária é a indignação contra a inflação. Fala-se que seria necessário um presidente com o carisma de Alfonsín para comandar a reforma. Não é verdade. A autoridade do Presidente Sarney é mais do que suficiente. Mas é fundamental que a sociedade como um todo não suporte mais a inflação. Que entenda que o sistema de indexação não neutraliza todos os efeitos negativos da alta generalizada de preços. Ora, esta convicção indignada contra a inflação ainda não existe no Brasil. (*Folha de S.Paulo*, 31 de dezembro de 1985).
